



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português

Ana Raquel Carvalho Cordeiro

Católica Porto Business School

2019



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

O impacto das IPSS no desenvolvimento regional português

Trabalho Final na modalidade de Dissertação apresentado à Universidade
Católica Portuguesa para obtenção do grau de mestre em Finanças

por

Ana Raquel Carvalho Cordeiro

sob orientação de
Professor Ricardo Miguel Martins da Costa Ribeiro

Católica Porto Business School
Abril, 2019

Agradecimentos

À minha mãe, por ser a minha melhor amiga e por me ter sempre ensinado que com trabalho e persistência tudo é alcançável, por nunca deixar que eu ficasse aquém das minhas capacidades e por todo o apoio incondicional ao longo destes anos.

Ao meu pai, por me incentivar a ser eu própria e a defender a minha opinião, por ter uma confiança cega em mim e por me mostrar que tudo tem sempre uma solução.

Ao meu namorado e amigos, por me apoiarem nas tardes e noites intermináveis de pesquisa, por me confortarem e distraírem nos momentos mais atribulados e, sobretudo, por se terem tornado a minha segunda família.

Ao meu Orientador e Professor Ricardo Ribeiro, pela ajuda incansável ao longo destes meses e por não me deixar entrar em pânico em cada reunião.

Ao Professor Américo Mendes pela disponibilidade e pelo esclarecimento de dúvidas que foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Professor Miguel Portela da Escola de Economia e Gestão da Universidade do Minho pelo auxílio prestado na utilização da base de dados dos Quadros de Pessoal.

A todos eles dedico esta dissertação, agradecendo mais uma vez, e do fundo do coração, tudo o que fizeram por mim.

Resumo

O principal objetivo desta dissertação passa por determinar qual o impacto que as Instituições Particulares de Solidariedade Social possam ter na evolução das regiões onde estão inseridas. Em concreto, pretende-se determinar qual a sua influência no desenvolvimento económico, no crescimento populacional e na proteção social de cada um dos 308 concelhos que constituem o território português. Assim, para avaliar o impacto das IPSS nas três variáveis mencionadas acima serão utilizadas duas medidas, nomeadamente o número destas instituições e também o número de trabalhadores das mesmas.

Deste modo, as equações foram estimadas através do método dos mínimos quadrados, acrescido de efeitos fixos de ano e concelho de forma a controlar a informação respeitante a cada período e região.

Assim, através dos resultados foi possível concluir que, em primeiro lugar, o número de IPSS e o número dos seus trabalhadores não têm qualquer impacto no desenvolvimento económico de um concelho. Em segundo lugar, tanto o número de IPSS como o número de trabalhadores das mesmas, têm um impacto positivo no crescimento populacional, sugerindo que estas são determinantes para a retenção dos residentes nos seus concelhos, através das oportunidades de emprego que criam nos mesmos. Por último, o número de IPSS não tem qualquer impacto nas despesas com proteção social, mas já o número de trabalhadores ao serviço das IPSS aparenta aumentar as despesas com proteção social, possivelmente devido ao facto de o Estado ter de aumentar o financiamento a estes estabelecimentos (devido à sua maior dimensão).

Palavras-chave: IPSS; desenvolvimento económico; crescimento populacional; proteção social

Abstract

The main goal of this dissertation is to determine the impact of the *Instituições Particulares de Solidariedade Social* on the evolution of the regions where they are established. In particular, the aim is to determine their influence on the economic development, population growth and social protection in each one of the 308 municipalities of the Portuguese territory. Hence, to measure the impact of the IPSS on the three variables mentioned above, two measures will be used, namely the number of these institutions and also their number of workers.

Thus, the equations were estimated by Ordinary Least Squares (OLS), adding fixed effects of year and municipality, in order to control for the information concerning each period and region.

Therefore, through the results it was possible to conclude that, firstly, the number of IPSS and the number of its workers have no impact on the economic development of a municipality. Secondly, both the number of IPSS and the number of its workers have a positive impact on population growth, suggesting that these are determinant for the retention of residents in their municipalities, through the employment opportunities they provide. Finally, the number of IPSS has no impact on the expenditures with social protection, but the number of workers employed by the IPSS actually seems to increase expenditures with social protection, possibly due to the fact that the state also has to increase funding for these establishments (due to their larger size).

Keywords: IPSS; economic development; population growth; social protection

Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	iv
Abstract.....	v
Índice.....	vi
Índice de Figuras.....	viii
Índice de Tabelas.....	ix
Lista de Siglas	x
Introdução	11
Capítulo 1: Revisão Bibliográfica.....	14
1.1 Desenvolvimento económico	14
1.1.1 Variáveis de estado	16
1.1.2 Variáveis políticas e características nacionais.....	17
1.1.3 Variáveis geográficas.....	20
1.1.4 Outros determinantes.....	20
1.2 Crescimento Populacional	21
1.2.1 Fertilidade	22
1.2.2 Variáveis climatéricas.....	24
1.2.3 Distância à região metropolitana mais próxima.....	24
1.2.4 Tamanho da população.....	25
1.2.5 Variáveis socioeconómicas	25
1.2.6 Variáveis geo-estruturais	26
1.2.7 Migração.....	26

1.3	Proteção Social.....	28
1.3.1	Globalização.....	30
1.3.2	Desenvolvimento económico	31
1.3.3	Estrutura demográfica.....	32
1.3.4	Desemprego	32
1.3.5	Endividamento público.....	32
1.3.6	Autonomia do Estado.....	32
1.3.7	Ideologia política.....	33
1.3.8	Inflação	34
1.3.9	Regime do governo.....	34
Capítulo 2:	Modelo Teórico.....	35
Capítulo 3:	Análise empírica.....	37
3.1	Descrição dos dados	37
3.1.1	Limitações	38
3.2	Descrição das variáveis	39
3.2.1	Estatísticas descritivas	44
3.3	Evolução das IPSS ao longo dos anos	48
3.4	Análise preliminar	54
3.5	Modelo de regressão.....	57
3.6	Método de estimação.....	58
3.7	Resultados de estimação e discussão	59
3.7.1	Desenvolvimento económico	59
3.7.2	Crescimento populacional	62
3.7.3	Proteção social	66

Capítulo 4: Conclusão	70
Bibliografia	72
Apêndices	77
Apêndice I: Definições das variáveis e as suas fontes	77
Apêndice II: Natureza jurídica dos estabelecimentos (código dos Quadros de Pessoal)	80
Apêndice III: Código de Atividade Económica dos estabelecimentos (3ª Revisão)	80

Índice de Figuras

Figura 1- Esquema das variáveis que têm influência no desenvolvimento económico	15
Figura 2- Esquema das variáveis que têm influência no crescimento populacional ..	22
Figura 3- Esquema das variáveis que têm influência na proteção social.....	30
Figura 4- Percentagem de IPSS no total de estabelecimentos do concelho (1992, 2004 e 2012)	49
Figura 5- Percentagem de emprego das IPSS no total de emprego do concelho (1992, 2004 e 2012)	51
Figura 6- Percentagem de emprego das IPSS no total da população em idade ativa do concelho (1992, 2004 e 2012)	53
Figura 7- Relação entre log(deco) e o número de IPSS	55
Figura 8- Relação entre log(deco) e o número de trabalhadores das IPSS	55
Figura 9- Relação entre log(pop) e o número de IPSS	55
Figura 10- Relação entre log(pop) e o número de trabalhadores das IPSS.....	55
Figura 11-Relação entre log(pens) e o número de IPSS	56
Figura 12- Relação entre log(pens) e o número de trabalhadores das IPSS	56

Índice de Tabelas

Tabela 1- Descrição das variáveis da equação do desenvolvimento económico	40
Tabela 2- Descrição das variáveis da equação do crescimento populacional	41
Tabela 3- Descrição das variáveis da equação da proteção social	43
Tabela 4- Estatísticas descritivas da equação do desenvolvimento económico	44
Tabela 5- Estatísticas descritivas da equação do crescimento populacional	46
Tabela 6- Estatísticas descritivas da equação da proteção social	47
Tabela 7- Resultados da estimação da equação do desenvolvimento económico	61
Tabela 8- Resultados da estimação da equação do crescimento populacional	64
Tabela 9- Resultados da estimação da equação da proteção social	67

Lista de Siglas

HDI	Human Development Index
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPSS	Instituições Particulares de Solidariedade Social
OLS	Ordinary Least Squares
PIB	Produto Interno Bruto
VAB	Valor Acrescentado Bruto

Introdução

O setor da Economia Social em Portugal caracteriza-se por ser um contribuinte considerável para as receitas e despesas nacionais e também um empregador significativo (Franco, Sokolowski, Hairel, & Salamon, 2005), sendo em 2010 responsável por 5,5% do emprego remunerado nacional e por 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB), totalizando cerca de 55.383 entidades (INE & CASES, 2013). Ainda, tem-se assistido a um aumento do número destas organizações. Deste modo, em 2013 eram cerca de 61.000, sendo responsáveis por 5,2% do emprego remunerado e por 2,8% do VAB (INE, 2016). Em particular, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) (partes constituintes do setor da Economia Social) são instituições que fornecem vários serviços humanos, desde a saúde e educação aos serviços sociais e de desenvolvimento comunitário (Franco et al., 2005), ajudando crianças, jovens e famílias, apoiando a integração social e comunitária e prestando auxílio a idosos e a pessoas incapacitadas (Almeida, 2008). Não obstante, e segundo (Mendes, 2018), as IPSS apresentam uma elevada importância na medida em que providenciam bens e serviços de apoio social àqueles que mais necessitam e que não podem pagar por eles um preço que cubra o respetivo custo, contribuindo também para a coesão territorial, ao estarem presentes em comunidades onde não existe mais nenhum tipo de apoio e ao captarem recursos financeiros externos e redistribuí-los por via da oferta de emprego à população residente. Do mesmo modo, o número de IPSS tem vindo a aumentar exponencialmente ao longo dos anos, assumindo um papel económico e social de extrema importância junto das comunidades onde atuam (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, 2014). Nomeadamente, existiam em 2010 mais de 5.000 IPSS (representando 50,1% do VAB e 63,4% do emprego remunerado da Economia Social) e em 2013 este número aumentou para mais de 5.500 organizações (totalizavam 43% do VAB e 60,4% do emprego remunerado da Economia Social).

Esta dissertação propõe quantificar o impacto das IPSS na evolução das regiões onde estão inseridas. Em particular, propõe-se avaliar o seu impacto no desenvolvimento económico, no crescimento populacional e na proteção social dos concelhos que constituem o território português. Pretende-se então, analisar os 308 concelhos presentes em Portugal, abrangendo os anos de 1992 a 2012 para a equação do crescimento populacional e de 2004 a 2012 para a equação do desenvolvimento económico e da proteção social. Assim, os dados para esta análise resultaram da combinação de várias fontes de informação, nomeadamente os Quadros de Pessoal (para quantificar o número destas instituições em cada concelho e o número de empregados que trabalham para as mesmas, que serão as variáveis explicativas principais) e para as variáveis explicadas e de controlo o Instituto Nacional de Estatística (INE), o PORDATA e as estatísticas mensais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

Para tal, o conceito de IPSS adotado foi o que consta no Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, onde são consideradas instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, 2014). No entanto, para identificar o número de IPSS e o número dos trabalhadores das mesmas na base de dados dos Quadros de Pessoal foi necessário cruzar a natureza jurídica e a atividade económica de cada estabelecimento, sendo este o conceito efetivamente utilizado e que será imperfeito devido a algumas limitações. É ainda importante salientar que a presença de IPSS nas regiões irá ser medida através do número destas instituições e do número de trabalhadores das mesmas, o conceito de desenvolvimento económico será medido através do ganho médio mensal (em euros), o crescimento populacional determinado através da população residente e a proteção social mensurada através das pensões distribuídas (em milhões de euros). Assim, pretende-se quantificar o impacto que o número de IPSS e o número dos trabalhadores dos mesmos têm nas três variáveis mencionadas acima, através da estimação pelo

método dos mínimos quadrados, acrescido de efeitos fixos de concelho e ano, de forma a captar a informação respeitante a cada território e período. Em suma, os resultados mostram que o número de IPSS (bem como o número de trabalhadores das mesmas) não tem qualquer impacto no desenvolvimento económico de um concelho, tendo no entanto um papel bastante importante na retenção dos residentes nos seus concelhos (através das oportunidades de emprego que criam nos mesmos) e, por fim, o número de trabalhadores destas instituições apresenta também um efeito positivo nas despesas com proteção social, possivelmente devido ao facto de o Estado ter de aumentar o financiamento a estes estabelecimentos (devido à sua maior dimensão).

Por último, a presente dissertação encontra-se dividida em quatro capítulos: no Capítulo 1 é feita uma revisão bibliográfica acerca dos conceitos determinantes e influenciadores do desenvolvimento económico, do crescimento populacional e da proteção social, com o objetivo de encontrar as variáveis de controlo a utilizar na estimação das regressões; no Capítulo 2 encontra-se apresentado o modelo teórico e a respetiva formulação de hipóteses a testar; no Capítulo 3 é feita a análise empírica, onde é mencionada a forma como os dados foram recolhidos, descrevem-se as variáveis utilizadas e as suas respetivas estatísticas descritivas, apresenta-se a evolução das IPSS ao longo dos anos, tecem-se algumas previsões relativamente à questão de investigação, formulam-se as equações a serem estimadas a partir das variáveis selecionadas e por fim, apresentam-se os resultados de estimação e a discussão dos mesmos; por último, no Capítulo 4 tecem-se as conclusões desta dissertação, apresentam-se as limitações e também as recomendações para investigação futura.

Capítulo 1: Revisão Bibliográfica

1.1 Desenvolvimento económico

Em primeiro, e de forma a entender o possível impacto que as IPSS possam ter no padrão de vida individual, tornou-se também necessário analisar quais os fatores essenciais para a determinação do mesmo e também quais os indicadores mais precisos para medir tais determinantes.

O conceito de padrão de vida tem-se vindo a aproximar nas últimas décadas da ideia dos economistas de uma função de utilidade, na qual o bem-estar depende de uma ampla variedade de circunstâncias pecuniárias e não-pecuniárias (Easterlin, 2000), sendo que, a abordagem atual mais usada para medir o padrão de vida é o Produto Interno Bruto (PIB) per capita (Dowrick, Dunlop, & Quiggin, 2001). No entanto, a sua utilização apresenta variadas objeções, como é o caso da omissão de elementos importantes relativos ao bem-estar nos itens de consumo que o compõem e ainda, o facto de este não refletir custos de oportunidade sociais, essenciais para a comparação do padrão de vida entre diferentes países (Dowrick et al., 2001). Às críticas deste indicador é ainda acrescentado o facto de também ignorar fluxos internacionais de rendimento, a produção doméstica de serviços, a destruição do ambiente natural e muitos outros determinantes do bem-estar como a qualidade das relações sociais, a segurança económica e pessoal e a longevidade (Fleurbaey, 2009). Por outro lado, o *Human Development Index* (HDI) é frequentemente apresentado na literatura como indicador alternativo ao PIB. Assim, este combina o PIB per capita com a esperança média de vida e também uma medida de educação baseada no grau de literacia e envolvimento escolar (Easterlin, 2000). No entanto, este indicador também é alvo de críticas, pelo facto de não ser individualista, ou seja, de não formar um agregado de índices individuais, mas sim somar indicadores sociais e aglomerá-los (Fleurbaey, 2009).

Contudo, será desenvolvida uma análise ao padrão de vida individual numa perspectiva da avaliação da qualidade de vida humana (Gamage, Kuruppuge, & Nedelea, 2016), medida através do desenvolvimento económico de cada concelho, aproximado pelo PIB. Uma vez que, apesar das limitações apresentadas acima, o desenvolvimento ou crescimento económico é sempre medido na literatura através da taxa de crescimento do PIB real per capita (Barro, 1996, 1999, 2003; Chirwa & Odhiambo, 2016; Churski, 2014; Ciccone & Jarocinski, 2008; Cuaresma, Doppelhofer, & Feldkircher, 2014; Dabús & Laumann, 2006; Trebbi, Subramanian, & Rodrik, 2002).

A Figura 1 apresenta os determinantes do desenvolvimento económico na literatura, que serão explorados nos seguintes subcapítulos, encontrando-se identificados segundo a estrutura proposta por Barro (2003).

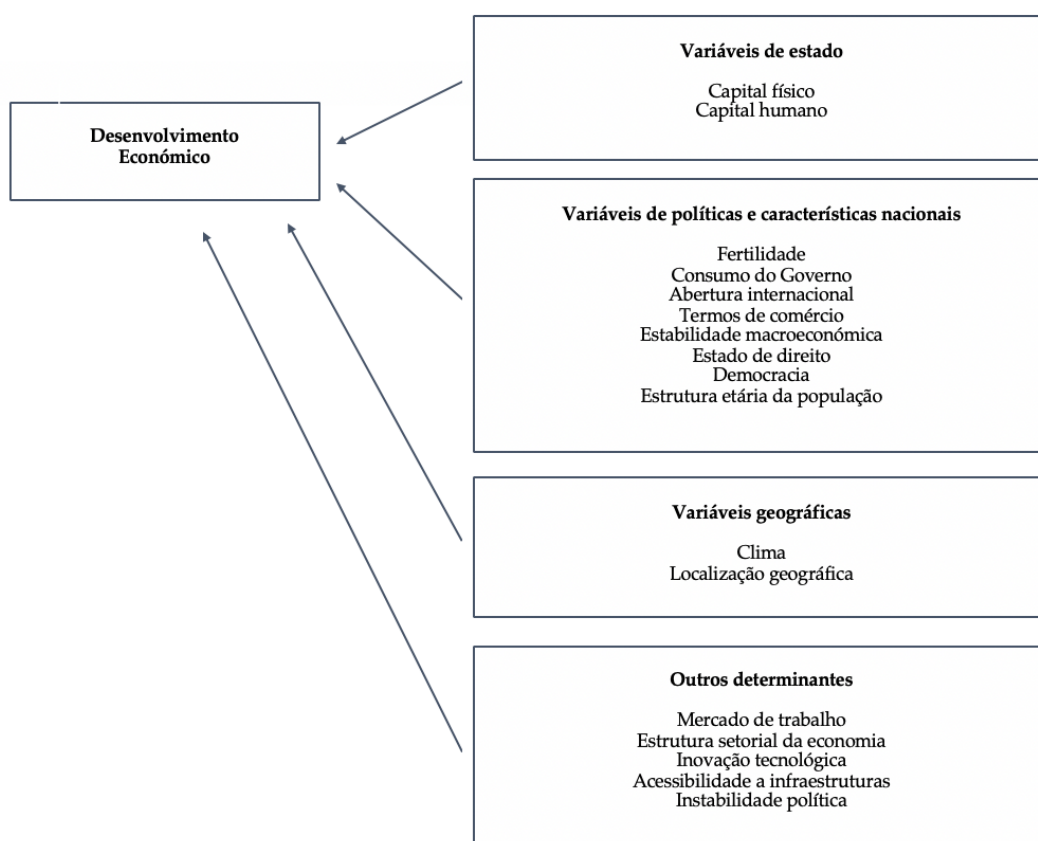


Figura 1- Esquema das variáveis que têm influência no desenvolvimento económico

1.1.1 Variáveis de estado

São vários os contributos da literatura relativa ao crescimento e desenvolvimento económico que apresentam como seus determinantes a acumulação de capital físico bem como o desenvolvimento do capital humano (nomeadamente nas áreas da saúde e da educação) (Barro, 1996, 1999, 2003; Chirwa & Odhiambo, 2016; Ciccone & Jarocinski, 2008; Cuaresma et al., 2014; Dabús & Laumann, 2006). Estas variáveis são denominadas de “variáveis de estado” por Barro (2003) e abrangem os níveis iniciais do capital físico e do capital humano.

1.1.1.1 Capital físico

O capital físico destaca-se na literatura como o primeiro determinante do desenvolvimento económico a ser analisado, sempre medido através do PIB real per capita inicial (Barro, 1996, 1999, 2003; Chirwa & Odhiambo, 2016; Ciccone & Jarocinski, 2008; Cuaresma et al., 2014; Dabús & Laumann, 2006; Trebbi et al., 2002).

Deste modo, a hipótese apresentada pelo modelo neoclássico do crescimento económico é a da existência da convergência absoluta, ou seja, países mais pobres tendem a crescer mais rápido e a alcançar os países mais ricos. Deste modo, esta hipótese implica que a taxa de crescimento do PIB real per capita estará inversamente relacionada com o nível inicial do mesmo (Barro, 1996, 2003).

É ainda importante destacar que Barro (2003) apresenta a hipótese de a convergência ser condicional e não absoluta. Deste modo, esta relação só é viável se outras variáveis explicativas forem mantidas constantes.

1.1.1.2 Capital humano

O capital humano divide-se na literatura em dois grandes temas: na realização educacional e na saúde. Em primeiro lugar, a importância da educação deve-se ao facto de esta possuir um forte impacto positivo nas condições materiais da vida das pessoas, uma vez que uma melhor educação leva a maiores ganhos e a uma maior empregabilidade (OECD, 2013). Assim, Barro (1999) formula a hipótese de que a relação entre o desenvolvimento económico e o número de anos de frequência escolar,

bem com a média de anos de escolaridade dos homens, é positiva. Isto deve-se ao facto de (seguindo a teoria do progresso tecnológico) uma força de trabalho mais instruída facilitar a absorção de tecnologias de países mais avançados, levando assim a um maior crescimento. O autor acrescenta ainda que se espera que a média de anos de escolaridade das mulheres tenha um efeito negativo no crescimento, não sendo formulada nenhuma hipótese para a justificação da mesma antes da análise dos resultados. Barro (2003) destaca ainda que a qualidade da educação (como por exemplo os resultados de exames escolares) é um indicador mais preciso na determinação do crescimento económico e que quase nunca é utilizado por falta de dados que permitam a comparação internacional.

Em segundo lugar, a importância da saúde deve-se ao facto de uma vida saudável afetar a probabilidade de ter um emprego, ganhar um salário adequado e participar ativamente em diversas atividades sociais (OECD, 2013).

Por fim, e uma vez que, a qualidade do capital humano (medida não só pela realização educacional mas também pela saúde) potencia o crescimento económico, espera-se que variáveis como a esperança média de vida tenham uma relação positiva com a taxa de crescimento do PIB real per capita (Barro, 1996).

1.1.2 Variáveis políticas e características nacionais

Neste grupo de variáveis estão incluídos aspetos da atividade do governo que são importantes para o desempenho económico (Barro, 1999), bem como características nacionais que compreendem fatores demográficos, legais, socioeconómicos e comerciais (Chirwa & Odhiambo, 2016).

1.1.2.1 Fertilidade

A fertilidade é comumente utilizada para explicar o desenvolvimento (Barro, 1996, 1999, 2003; Ciccone & Jarocinski, 2008), sendo normalmente mensurada através da taxa de fertilidade total. Assim, uma maior fertilidade irá refletir uma maior quantidade de recursos despendidos na criação e educação das crianças (Becker, 1960)

e, por estas razões, é esperado um efeito negativo da taxa de fertilidade no crescimento económico (Barro, 2003).

1.1.2.2 Consumo do governo

A hipótese é de que a variável do consumo do governo mede as despesas que não afetam diretamente a produtividade, mas que podem apresentar distorções às decisões privadas, uma vez que é mensurada através do rácio entre o consumo e o PIB, subtraindo as despesas com educação e defesa por não se tratarem de itens de consumo (Barro, 1999, 2003). Estas distorções podem refletir as próprias atividades governamentais e também envolver os efeitos adversos das finanças públicas associadas. Deste modo, espera-se que um valor alto do consumo do governo leve a uma taxa de crescimento do PIB real per capita inferior, para um mesmo valor das variáveis de estado (Barro, 2003).

1.1.2.3 Abertura internacional

A abertura tende a variar com o tamanho do país: países maiores tendem a ser menos abertos uma vez que o comércio interno oferece um mercado maior que pode facilmente substituir a abertura internacional (Barro, 2003). No entanto, não é formulada nenhuma hipótese para a sua relação com o crescimento.

É ainda importante acrescentar que esta variável pode ser medida através do rácio entre a soma das exportações e importações e o PIB (Barro, 1996, 1999, 2003), um índice do grau de abertura (Trebbi et al., 2002) ou simplesmente dado pelo valor das exportações (Ciccone & Jarocinski, 2008).

1.1.2.4 Termos de comércio

Segundo Barro (2003) esta variável mede o efeito de mudanças nos preços internacionais sobre o rendimento dos residentes. Deste modo, formula a hipótese de que o rendimento real aumentaria com preços de exportação mais altos e diminuiria com preços de importação mais altos.

Os termos de comércio são tipicamente mensurados através da taxa de crescimento do rácio entre o preço das exportações e o preço das importações e também através do produto deste rácio e a variável que mede a abertura internacional (Barro, 1999, 2003).

1.1.2.5 Estabilidade macroeconómica

A instabilidade macroeconómica é medida através da inflação (Barro, 1996, 1999, 2003; Ciccone & Jarocinski, 2008) e a hipótese formulada é de que esta tenha uma relação negativa com o crescimento económico (não apresentando razões para a mesma) (Barro, 1996, 1999, 2003). Barro (2003) acrescenta ainda que a estabilidade macroeconómica poderia ser medida através de outras variáveis, como por exemplo variáveis fiscais.

1.1.2.6 Estado de direito

A hipótese é de que uma melhoria do Estado de Direito origina direitos de propriedade mais fortes e, por isso, um incentivo para um maior investimento e crescimento económico (Barro, 2003). Esta variável é também utilizada por Trebbi et al. (2002) para medir o ambiente institucional de um país.

1.1.2.7 Democracia

Segundo Barro (2003), o efeito da democracia no crescimento é ambíguo. O lado negativo surge em modelos políticos que enfatizam o incentivo das maiorias eleitorais para usar o seu poder político para retirar recursos de grupos minoritários mais ricos. Por outro lado, a democracia pode ser produtiva como mecanismo para que o governo se comprometa a não confiscar o capital acumulado pelo setor privado, apresentando assim uma relação positiva com o desenvolvimento da economia (Barro, 2003).

1.1.2.8 Estrutura etária da população

A hipótese aqui apresentada é a de que a produtividade depende da estrutura etária, ou seja, é esperado que o rendimento de uma região seja mais elevado, se uma maior percentagem da população estiver entre os 15 e os 65 anos (população em idade

ativa) e menor se uma maior percentagem da população tiver menos de 15 ou mais de 65 anos. (Barro, 2003).

1.1.3 Variáveis geográficas

A geografia é um dos principais determinantes do clima e da quantidade de recursos naturais (Trebbi et al., 2002). Deste modo, Trebbi et al. (2002) formulam a hipótese de que a geografia pode afetar o rendimento, na medida em que potencia a produtividade agrícola.

Barro (2003) chama ainda a atenção para o facto de um dos indicadores mais comumente utilizados para medir os elementos geográficos ser o valor absoluto dos graus de latitude. Assim, acrescenta que o desenvolvimento económico seria menor em países muito perto do equador devido ao calor e humidade excessiva e também em países com um afastamento muito grande do equador, devido ao clima excessivamente frio.

Outro indicador geográfico utilizado é o facto de o país apenas ser rodeado por terra, ou seja, não possuir costa. Este indicador é importante de analisar na medida em que estas condições podem desencorajar o comércio e a comunicação com o resto do mundo (Barro, 2003). Deste modo, espera-se uma relação negativa entre esta variável e o desenvolvimento económico.

1.1.4 Outros determinantes

Na literatura, nomeadamente na análise feita por Churski (2014) & Cuaresma et al. (2014) ao crescimento económico, são ainda acrescentadas algumas variáveis relativas ao mercado de trabalho e à estrutura setorial da economia (como por exemplo a taxa de desemprego e a participação de alguns setores específicos no valor acrescentado bruto), à inovação tecnológica (número de patentes e recursos humanos nas áreas da tecnologia e das ciências) e também relativas às infraestruturas e à sua acessibilidade (densidade e acessibilidade a aeroportos, estradas, caminhos de ferro e telecomunicações). No entanto, as variáveis em ambos os artigos são apenas

introduzidas nas respetivas regressões, sem ser feita uma análise prévia aos possíveis efeitos no desenvolvimento.

É ainda possível destacar a utilização de variáveis relativas à instabilidade política, que apresentam uma relação negativa com crescimento económico (Dabús & Laumann, 2006), mais uma vez sem hipóteses previamente formuladas.

1.2 Crescimento Populacional

Os determinantes do crescimento ou declínio populacional abrangem um dos pontos mais relevantes das ciências sociais. Estes determinantes têm sido estudados através de diferentes perspetivas e variadas metodologias, sendo de particular interesse para economistas regionais o papel das forças socioeconómicas como determinantes das dinâmicas da população (Gutiérrez-Posada, Rubiera-Morollon, & Viñuela, 2015). Deste modo, foram analisados os contributos da literatura acerca do crescimento populacional sobre dois pontos de vista distintos: primeiro, o que influencia diretamente o número de pessoas que habitam em determinado concelho, como por exemplo a fertilidade, a migração e a mortalidade (Lanz, Dietz, & Swanson, 2017; Lutz & Qiang, 2002; Serow, 1987) e segundo, o que determina as condições de vida e o que faz com que as pessoas queiram viver ou não em determinado concelho, como por exemplo o clima, o nível de emprego e a acessibilidade a certos serviços e amenidades (da Mata, Deichmann, Henderson, Lall, & Wang, 2007; Gutiérrez-Posada, Rubiera-Morollon, & Viñuela, 2015; Lutz, 2001; Schultz, 1994). Assim, os seguintes subcapítulos expõem não só as variáveis que determinam as condições de vida, mas também as que determinam a fertilidade e a migração (uma vez que a mortalidade se descobriu como determinante dos níveis de fertilidade). Note-se que, alguns dos determinantes irão surgir repetidos, mas o seu impacto difere de variável para variável.

A Figura 2 apresenta as variáveis descritas na literatura como determinantes do crescimento populacional (a explorar nos seguintes subcapítulos), usualmente medido através da taxa anual de crescimento populacional (Gutiérrez-Posada et al., 2015; Lutz, 2001; Schultz, 1994).

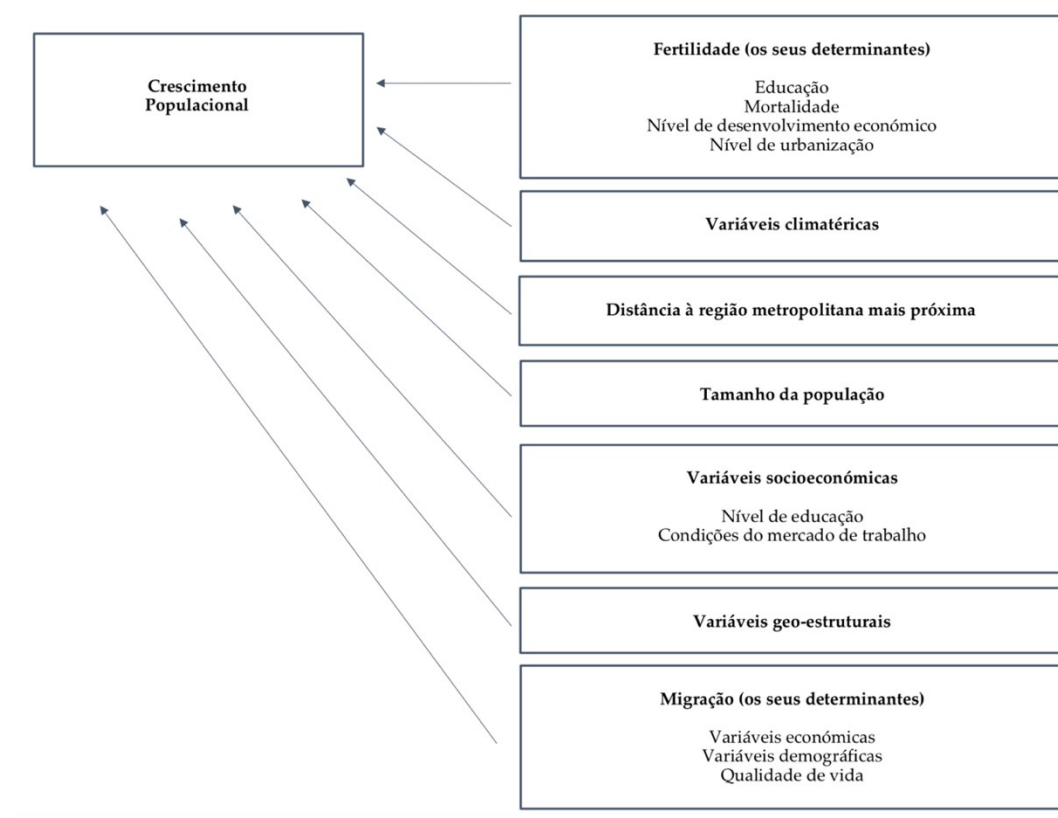


Figura 2- Esquema das variáveis que têm influência no crescimento populacional

1.2.1 Fertilidade

A fertilidade possui um impacto muito significativo no crescimento populacional devido ao seu efeito multiplicador, ou seja, as crianças que nascem irão ter os seus próprios filhos no futuro levando a um aumento do número de pessoas, e por assim em diante (Lutz & Qiang, 2002). Deste modo, os subcapítulos relativos a este tema referem-se aos determinantes da mesma, os quais foram analisados de forma a permitir uma análise mais profunda sobre o tema do crescimento populacional.

1.2.1.1 Educação

A relação entre a educação e a fertilidade pode ser interpretada de dois pontos de vista distintos, que culminam no mesmo impacto. Do ponto de vista demográfico, a

educação é vista como um “meio de divulgação” de métodos contraceptivos, o que leva a uma redução da taxa de fertilidade (Angeles, 2008). Por outro lado, do ponto de vista económico, a educação ao nível secundário e universitário das mulheres leva ao aumento dos custos de criar uma criança, reduzindo também a fertilidade (Schultz, 1994).

1.2.1.2 Mortalidade

Mudanças na mortalidade em diferentes idades, têm diferentes consequências para o crescimento populacional e para a estrutura etária da mesma. Quando existe um declínio da mortalidade infantil, por exemplo, uma maior percentagem de crianças irá viver até à idade adulta para contribuir para o futuro crescimento, ao terem as suas próprias crianças (Lutz & Qiang, 2002), levando a um impacto positivo na fertilidade.

No entanto, e seguindo o modelo de Becker (1960), a utilidade parental apresenta-se como uma função do número de crianças que os pais decidem ter (“quantidade de crianças”), bem como da “qualidade” das mesmas, ou seja, o investimento feito no seu capital humano. Assim, como ambos os fatores apresentam custos para uma família, evidencia-se um *tradeoff* entre os dois, sendo que uma diminuição das taxas de mortalidade irá induzir uma substituição da “quantidade” de crianças pela sua “qualidade”, uma vez que existe a possibilidade de os gastos com o capital humano serem divididos ao longo de vários anos, tornando esta hipótese mais atrativa (Angeles, 2008). Uma vez que o investimento total feito pelos pais no capital humano de uma criança só é detetado quando esta chega à idade adulta, a esperança média de vida torna-se essencial para a análise da fertilidade, bem como as taxas de mortalidade na idade adulta (Angeles, 2008).

1.2.1.3 Nível de desenvolvimento económico

O desenvolvimento económico, ou o conceito de progresso tecnológico que lhe é equiparável, tem tido bastante destaque como determinante dos níveis de fertilidade (Angeles, 2008). Deste modo, uma vez que o progresso tecnológico faz com que o capital humano seja cada vez mais valioso, os pais podem optar por reduzir a “quantidade” de crianças para melhorar a sua “qualidade” e prepará-los de uma

melhor forma para as novas exigências impostas (Angeles, 2008). Assim, com base nestes factos é possível formular a hipótese de que um aumento do desenvolvimento económico, por exemplo via um aumento do PIB, leva a uma diminuição da fertilidade.

1.2.1.4 Nível de urbanização

A urbanização, usada para caracterizar o processo de modernização, irá provocar uma diminuição nas taxas de fertilidade. Isto deve-se ao facto de a vida urbana alterar as perceções acerca do controlo da fertilidade e emancipar as mulheres da sociedade paternalista tradicional (Angeles, 2008).

1.2.2 Variáveis climáticas

Uma vez que as variáveis climáticas são indicadoras da qualidade de vida de uma certa região, podem ter um papel importante em reter e atrair população da mesma (Gutiérrez-Posada et al., 2015). Deste modo, enquanto que certas pessoas preferem climas mais quentes, outras podem preferir climas amenos ou até mesmo frios, alterando assim as suas escolhas de local de residência (Fukuda, 2012; Serow, 1987).

1.2.3 Distância à região metropolitana mais próxima

A variável de distância à região metropolitana mais próxima irá providenciar informação sobre as inter-relações entre as regiões, bem como o poder que essa mesma região tem de atrair ou repelir pessoas (uma vez que regiões longe de áreas metropolitanas têm tendência a ser menos populosas) e qual a sua acessibilidade a bens e serviços (Gutiérrez-Posada et al., 2015; Lutz, 2001)

Gutiérrez-Posada et al. (2015) formula ainda a hipótese de que o diferente crescimento populacional entre regiões poderá ser baseado na sua localização no território e que esta pode ter um efeito positivo em determinadas regiões e negativo noutras.

1.2.4 Tamanho da população

O tamanho da população irá refletir a posição em que a região se encontra numa hierarquia de “região mais populosa” para a “região menos populosa”, bem como evidenciar a presença de efeitos de aglomeração (Gutiérrez-Posada et al., 2015). Deste modo, Gutiérrez-Posada et al. (2015) argumenta ainda que a dinâmica do crescimento populacional de certas regiões pode diferir de acordo com o tamanho da sua população (cidades pequenas e médias vs. grandes áreas metropolitanas) e assim, o seu efeito pode ser positivo em algumas áreas e noutras, o completo oposto.

1.2.5 Variáveis socioeconómicas

No que toca às variáveis respeitantes ao nível de educação, estas podem induzir mudanças no número de pessoas de uma certa região uma vez que afetam a sua estrutura económica e produtividade (Gutiérrez-Posada et al., 2015). Assim, quanto mais qualificado for o capital humano, mais abertura existe para o avanço tecnológico e desenvolvimento económico, levando a um aumento do número de pessoas devido a um maior número de oportunidades e de uma melhor qualidade de vida (Gutiérrez-Posada et al., 2015; Lutz, 2001; Schultz, 1994). Deste modo, variáveis como a percentagem de pessoas com mais de 14 anos que são estudantes pode ser utilizada para medir o nível de educação, uma vez que percentagens mais elevadas de estudantes fornecem uma indicação das oportunidades educacionais existentes numa região (Lutz, 2001). Além disso, também é possível medir este nível através da percentagem da potencial força de trabalho (população entre os 16 e os 64 anos) que detém um grau de escolaridade universitário, usado como indicador da alocação do capital humano (Gutiérrez-Posada et al., 2015).

Destaca-se também a influência de variáveis relativas às condições do mercado de trabalho, que permitem avaliar as oportunidades e a diversificação dos empregos existentes em cada região. É de notar que é seguida a perspetiva de Gutiérrez-Posada, Rubiera-Morollon, & Viñuela (2015) de que as pessoas é que seguem as oportunidades de trabalho e não o contrário. Assim, torna-se relevante a análise de variáveis como a percentagem de homens e mulheres que não possuem trabalho em cada região, na

medida em que valores elevados das mesmas poderão indicar a falta de emprego e agir assim como um indicador de condições económicas desfavoráveis ao crescimento (Lutz, 2001). É ainda importante referir que, cidades especializadas em serviços ligados ao negócio, financeiros e outros serviços diversificados (educação, gestão, engenharia) são significativamente mais populosas do que cidades de indústria tradicionais, o que pode ser facilmente mensurado através da percentagem do emprego no setor industrial (Black & Henderson, 1999).

Por fim, a percentagem da população com menos de 14 anos de idade pode ainda ser pertinente, na medida em que pode ser interpretada como um indicador de uma base demográfica que potencia o crescimento futuro e de uma estrutura etária mais jovem (Lutz, 2001).

1.2.6 Variáveis geo-estruturais

As coordenadas de longitude e latitude capturam a influência que a localização da região tem na mobilidade da população (Gutiérrez-Posada et al., 2015). Além disso, é ainda incluída a distância de uma dada região à costa mais próxima, uma vez que esta é considerada um local privilegiado para o crescimento populacional, tendo assim uma relação negativa com o mesmo (quanto maior a distância à costa mais próxima, menor o crescimento populacional) (Gutiérrez-Posada et al., 2015).

1.2.7 Migração

A migração também é destacada como influenciador do crescimento populacional, ao determinar diretamente o número de pessoas residentes de certa região (Lutz & Qiang, 2002). Assim, em conformidade com a análise feita acerca da fertilidade, de seguida encontram-se apresentados os contributos da literatura acerca dos determinantes da migração.

1.2.7.1 Variáveis económicas

As variáveis económicas são essenciais na decisão de migração, principalmente na população mais jovem. Assim, é importante incluir medidas de oportunidade

económica, dos níveis relativos de salários e do custo de vida, pois estas influenciam a sua mobilidade (Serow, 1987). É ainda importante salientar que as oportunidades de emprego constituem um determinante bastante relevante da migração, sendo que as pessoas tendem a mudar-se de regiões mais baseadas na agricultura para outras com setores de serviços mais desenvolvidos (Devillanova & García-Fontes, 2004).

Segundo Serow (1987), a taxa de desemprego apresenta uma relação positiva com a migração externa e uma relação contrária com a migração interna entre os mais jovens. Acrescenta ainda que, no que diz respeito à população mais velha espera-se uma relação nula, uma vez que estes raramente migram por questões de trabalho.

Adicionalmente, Serow (1987) formula a hipótese de que no que diz respeito ao rendimento médio per capita (numa perspetiva salarial) este vai promover a migração interna e retardar a migração externa no que toca aos mais jovens; no entanto, agirá precisamente de uma forma contrária entre os mais velhos, uma vez que um rendimento médio per capita mais elevado poderá também implicar um maior custo de vida.

1.2.7.2 Variáveis demográficas

A idade média da população, como representação das variáveis demográficas, serve para medir de alguma forma a estrutura etária de uma região. Deste modo, esta torna-se um fator de importância devido ao facto de pessoas com idades e gostos semelhantes terem tendência a mover-se para a mesma região e também devido ao facto de pessoas mais jovens terem uma maior propensão para migrar (Serow, 1987).

1.2.7.3 Variáveis da qualidade de vida

As variáveis da qualidade de vida também se destacam por motivar a mobilidade da população uma vez que, fatores como o clima e a acessibilidade a certos serviços e amenidades, potenciam a satisfação do individuo na sua vida quotidiana (Serow, 1987). Deste modo, o clima possui um papel influenciador na migração de adultos mais velhos, uma vez que um clima mais frio irá retardar a migração interna e acelerar a migração externa de uma região (Serow, 1987). Ainda, Foley & Angjellari-Dajci

(2015) acrescentam que regiões com temperaturas mais altas em Janeiro apresentam uma relação positiva na explicação da migração interna.

Por sua vez, Serow (1987) formula ainda a hipótese de que a oferta de um bom cuidado médico irá provocar precisamente o contrário: retardar a migração externa e acelerar a migração interna na população mais velha.

Por fim, Serow (1987) acrescenta ainda que a taxa de criminalidade também possui um efeito negativo na migração interna, afetando a população de uma maneira geral.

1.2.7.4 Distância ao destino de origem

A distância ao destino de origem torna-se relevante na medida em que as pessoas tendem a migrar para regiões que se encontrem mais perto do seu destino de origem (Fafchamps & Shilpi, 2013).

1.2.7.5 Densidade populacional

O tamanho da população também pode ter um efeito na mobilidade da mesma, uma vez que cidades maiores facilitam o acesso a certos serviços (Devillanova & García-Fontes, 2004). Assim, quanto maior a densidade populacional da região de destino, maior a propensão para os migrantes se movimentarem para essa mesma região (Fafchamps & Shilpi, 2013).

1.3 Proteção Social

A proteção social refere-se às ações públicas tomadas em resposta aos níveis de vulnerabilidade, risco e privação que são socialmente inaceitáveis dentro de uma dada comunidade ou sociedade (Norton, Conway, & Foster, 2001). Devereux & Sabates-Wheeler (2004) acrescentam ainda que a proteção social descreve todas as iniciativas públicas e privadas que proporcionam transferências de rendimento ou consumo para os mais pobres, protegem os vulneráveis contra os riscos de subsistência e melhoram o status social e os direitos dos marginalizados. Por fim, Hagen-Zanker & Babajanian (2012) defendem ainda que a proteção social não deve apenas ajudar as pessoas a

satisfazer suas necessidades básicas, mas também construir uma capacidade de escapar à pobreza e contribuir para o seu bem-estar a longo prazo.

Deste modo, as intervenções da segurança social podem ser classificadas em quatro categorias: medidas protetoras (fornecem alívio relativo à privação), medidas preventivas (tentam prevenir a privação e lidam diretamente com a ajuda à pobreza), medidas promocionais (cujo objetivo é aumentar as capacidades e o rendimento real) e medidas transformativas (têm como objetivo abordar preocupações relativas à igualdade e exclusão social) (Devereux & Sabates-Wheeler, 2004). Estas intervenções incluem programas de seguro social, apoio de trabalhadores contra perda de rendimento devido ao desemprego, doença, acidentes, incapacidade ou velhice, programas de transferência de rendimento para a proteção das famílias contra a pobreza e transferências relacionadas com programas habitacionais ou de saúde, que dão acesso a determinados bens e serviços (Ganßmann, 2000).

Ainda, é necessário salientar que as ações de proteção social podem ser de caráter governamental ou não governamental, ou podem também envolver uma combinação de ambos os tipos de instituições (Norton et al., 2001). Assim, o alargamento da prestação de ações de proteção social a outras entidades que não o Estado (o poder local ou as IPSS, por exemplo) e que definem estratégias de ação envolvendo a própria população na procura de soluções mais adequadas, teve a ver com a necessidade de conceder uma maior eficácia e proximidade à intervenção pública e sobretudo com a necessidade de compensar os entraves financeiros com que o Estado se debate (Rodrigues, 2010).

Resta apenas referir que a grande maioria da literatura acerca dos determinantes do desenvolvimento do estado de bem-estar social usa como variável dependente, as despesas totais com a segurança social como percentagem do PIB. Esta escolha de variável foi forçada na maioria das análises, pela falta de disponibilidade de alternativas (Castles, 2005). Deste modo, Huber, Mustillo, & Stephens (2008) argumentam que os gastos com a segurança social e bem-estar, educação e saúde constituem uma parte essencial do que é feito para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos, sendo as despesas sociais parte e parcela do desenvolvimento do estado de bem-estar social. Assim, a Figura 3 apresenta as variáveis descritas na

literatura como determinantes das despesas com a proteção social, que irão ser exploradas nos seguintes subcapítulos.

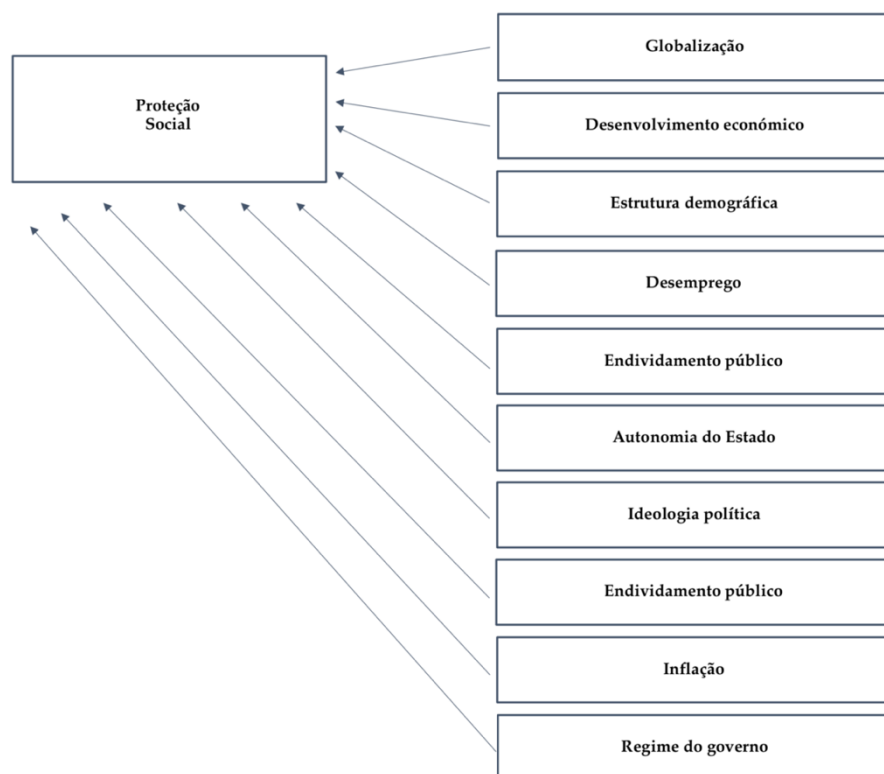


Figura 3- Esquema das variáveis que têm influência na proteção social

1.3.1 Globalização

A globalização é um dos principais determinantes destacados ao longo da literatura relativo às despesas sociais (Dreher, Sturm, & Ursprung, 2008; Leibrecht, Klien, & Onaran, 2011). No entanto, e como explica Martín-Mayoral (2014, 2017), a mensuração da sua repercussão no desenvolvimento do bem-estar não é tão linear, uma vez que existem dois pontos de vista distintos acerca deste efeito. O primeiro, a hipótese da eficiência, defende que a globalização tem efeitos negativos nas despesas sociais. Uma vez que, os gastos sociais podem perturbar os mercados de trabalho e enviesar as decisões de investimento privado (causando assim um impedimento à competitividade internacional dos produtores), verifica-se que a globalização impõe cada vez mais pressão nos governos para favorecer os interesses de mercado em detrimento das questões sociais (Dreher et al., 2008; Martín-Mayoral & Sastre, 2017).

Por outro lado, existem argumentos a favor de uma relação positiva entre a globalização e as despesas sociais, suportada pela hipótese da compensação. Esta é baseada na ideia de que a integração em mercados internacionais pode encorajar os governos a aumentar os seus gastos sociais para impulsionar a produtividade dos trabalhadores (Kaufman & Segura-Ubiergo, 2005; Martín-Mayoral & Nabernegg, 2014) e para proteger os cidadãos contra o aumento dos riscos económicos derivados da globalização (Garrett & Mitchell, 2001).

Concluindo, a globalização leva a uma pressão descendente sobre as despesas sociais públicas através da hipótese da eficiência e, ao mesmo tempo, segundo a hipótese da compensação, a um aumento da procura por gastos sociais públicos (Leibrecht et al., 2011).

Consequentemente, a abertura comercial também apresenta um impacto ambíguo na proteção social. Deste modo, enquanto que o comércio pode aumentar as exportações de um país e gerar oportunidades de emprego, por outro lado, este pode também aumentar as importações, aumentando o risco de perda de emprego (especialmente para trabalhadores pouco qualificados) (Mina, 2017; Sudasinghe & Patmasiriwat, 2014). Por consequência, é gerada uma carência que obriga o Estado a projetar soluções para proteger os trabalhadores deste tipo de riscos, aumentando assim as despesas com a proteção social (Sudasinghe & Patmasiriwat, 2014).

1.3.2 Desenvolvimento económico

Segundo a literatura, o nível de desenvolvimento económico influencia a proteção social de uma maneira maioritariamente positiva (Hong, 2014; Huber et al., 2008; Martín-Mayoral & Nabernegg, 2014; Martín-Mayoral & Sastre, 2017). Deste modo, e de acordo com a “Lei da expansão das despesas públicas” de Wagner, as atividades do governo aumentam ao longo do tempo com o desenvolvimento económico (entre outros), através do aumento da despesa pública com vista à satisfação das necessidades sociais (Buracom, 2011; Martín-Mayoral & Nabernegg, 2014; Martín-Mayoral & Sastre, 2017).

No entanto, segundo Leibrecht et al. (2011) em períodos de recessão, espera-se que as transferências sociais aumentem, enquanto que nos períodos de grande

crescimento certas ajudas sociais (por exemplo, relacionadas com o desemprego) diminuem. Assim, segundo esta perspetiva, o ciclo económico influencia negativamente as despesas com a proteção social.

1.3.3 Estrutura demográfica

Os gastos sociais em países desenvolvidos aumentam bastante devido à existência de uma grande população idosa (Huber et al., 2008). Assim, o envelhecimento da população força os governos a reestruturar a sua política social, devido a uma maior necessidade de apoio na área da saúde e também nas pensões de velhice (Martín-Mayoral & Sastre, 2017). Concluindo, à medida que a população se torna mais velha, devemos esperar uma tendência para o aumento geral dos gastos sociais (Castles, 2005).

1.3.4 Desemprego

De acordo com vários autores, nomeadamente Kittel & Obinger (2002), taxas de desemprego mais altas, proporcionadas por períodos de declínio da economia, levam a um aumento na despesa com a proteção social. Isto deve-se a um aumento com as despesas do subsídio de desemprego e também, nos casos onde é aplicável, a um aumento da despesa das reformas antecipadas (Huber et al., 2008).

1.3.5 Endividamento público

Martín-Mayoral & Sastre (2017) e Leibrecht et al. (2011) consideram que o endividamento público influenciam negativamente as despesas com a proteção social, uma vez que um rácio de dívida e o pagamento de juros muito elevados têm um efeito restritivo no Estado, influenciando assim o seu “espaço de manobra”.

1.3.6 Autonomia do Estado

Tang (1996) aborda a questão da autonomia do estado para expandir as suas organizações da seguinte forma: quanto maiores os recursos das organizações do

Estado, maior a expansão dos gastos públicos para programas sociais, uma vez que quanto maiores as suas capacidades, mais as suas atividades irão irromper na economia e na sociedade. Tang (1996) acrescenta ainda que a tributação indireta é uma possível medida da autonomia, e que o uso de impostos indiretos permite ao Estado mobilizar recursos para programas sociais sem incorrer numa forte reação negativa gerada pelos elevados custos percebidos. Assim, quanto maior a dependência do Estado dos impostos indiretos, maior a expansão dos gastos públicos para programas sociais.

1.3.7 Ideologia política

O papel dos partidos políticos pode diferir mediante diferentes estruturas económicas e sociais e também mediante a presença de diferentes legados políticos, sendo assim a força dos blocos partidários (com as suas respetivas visões e círculos eleitorais) crucial para a quantidade e a estrutura das despesas com a proteção social (Huber et al., 2008). Deste modo, quando são eleitos, espera-se que os partidos transformem as preferências do seu círculo eleitoral em políticas que se coadunem com as prelações dos seus apoiantes (Kittel & Obinger, 2002), o que enaltece ainda mais a relevância das suas ideologias.

Assim, um mandato de longo prazo de partidos de esquerda resulta num amplo fornecimento de serviços públicos gratuitos ou subsidiados (Huber et al., 2008) uma vez que (por razões ideológicas de justiça social) se sentem obrigados a investir mais nos compromissos de bem-estar, tendo por isso uma relação positiva com as despesas sociais (Hong, 2014). Um mandato de partidos democráticos cristãos ou coligações centro-esquerda resulta num *welfare state* generoso, mas com um perfil menos inclusivo e redistributivo e com forte dependência do fornecimento de serviços privados financiados publicamente, mas apresentando ainda um impacto positivo nas despesas de proteção social (Huber, Ragin, & Stephens, 1993). Por outro lado, um mandato de partidos de direita e centro-direita resulta num financiamento e prestação de serviços escassos, levando ao seu impacto negativo na proteção social (Huber et al., 2008).

1.3.8 Inflação

Quanto à inflação, esta apresenta efeitos contraditórios na despesa. Por um lado, Huber et al. (1993) defende que, como a inflação desencadeia ajustamentos nos benefícios do custo de vida, espera-se que esta tenha um impacto positivo na proteção social. Por outro lado, Leibrecht et al. (2011) diz que como muitos gastos com a proteção social não são ajustados pela inflação, espera-se um coeficiente nulo entre as duas variáveis.

1.3.9 Regime do governo

Segundo Huber et al. (2008), o acesso ao poder é mais amplo e mais competitivo e o seu exercício é mais responsável, num regime democrático (ao contrário de um regime autoritário e repressivo). Assim, é esperado que a democracia tenha uma maior probabilidade de produzir políticas que beneficiem vários setores da população e, por isso, que apresente uma relação positiva com as despesas da proteção social (Huber et al., 2008). Por consequência, espera-se uma relação negativa do autoritarismo com a mesma variável.

Capítulo 2: Modelo Teórico

No Capítulo 1 foi possível analisar quais os fatores que influenciam e determinam o desenvolvimento económico, o crescimento populacional e a proteção social, de forma a encontrar as variáveis de controlo essenciais para dar resposta à questão de investigação. Aqui pretende-se apresentar os argumentos teóricos sobre os efeitos da atividade das IPSS em cada uma destas dimensões, para a posterior elaboração de hipóteses a serem testadas.

Em primeiro lugar será assim analisada a influência que as IPSS possam ter ao nível do desenvolvimento económico. Deste modo, parte-se do princípio que este tipo de instituições possui um papel essencial na dinamização das economias locais onde estão inseridas através do número de pessoas que empregam (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, 2014), gerando assim um efeito multiplicador nessas mesmas economias (através da captação de rendimentos de financiamentos públicos e doações e da redistribuição desse mesmo rendimento para remunerar os seus empregados) (Mendes, 2018). Posto isto, espera-se que a existência de IPSS potencie o desenvolvimento económico, levando assim a um efeito positivo no mesmo (*Hipótese 1*).

Em segundo lugar, será abordada a influência destas instituições no crescimento populacional de uma região. Nomeadamente, as IPSS têm capacidade de responder com eficácia a situações de emergência social e de prestação de apoio aos cidadãos mais vulneráveis (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, 2014), o que levará a melhores condições de vida. Deste modo, e seguindo a perspetiva de Becker (1960), devido à melhor conjuntura dá-se a possibilidade de os pais optarem por alocar os seus recursos no desenvolvimento e melhoramento das capacidades dos filhos que já possuem, em vez de alocar esses mesmos recursos na expansão do agregado familiar. Assim, seria de esperar que a presença de IPSS numa certa região

levasse a uma diminuição do crescimento populacional, levando a um efeito negativo no mesmo. No entanto, o facto de existirem mais oportunidades de emprego nestas regiões através da existência de IPSS, poderá conduzir a uma maior probabilidade de os residentes não terem necessidade de se mudar para encontrar condições mais favoráveis noutro lugar. Por este motivo, seria de esperar que a influência das IPSS potenciasse o crescimento populacional, levando a um efeito positivo sobre o mesmo. Assim, pelas razões mencionadas acima, espera-se uma relação ambígua entre a existência de IPSS numa região e crescimento populacional da mesma (*Hipótese 2*).

Por último, resta analisar qual será a influência das IPSS na proteção social, nomeadamente ao nível das despesas do Estado com a mesma. Uma vez que, estas instituições disponibilizam serviços de apoio social em localidades do país onde não existe acesso a nenhuma entidade pública com o mesmo intuito e, ainda que o Estado participe no financiamento dessas mesmas instituições (Mendes, 2018), a hipótese de que a existência de IPSS leve a uma diminuição das despesas do Estado com a proteção social dos seus cidadãos é passível de ser formulada. Sendo assim, espera-se que o efeito das mesmas seja negativo (*Hipótese 3*).

Capítulo 3: Análise empírica

Como já foi anteriormente mencionado, pretende-se identificar se as IPSS têm um impacto no desenvolvimento das regiões onde estão inseridas. Assim, neste capítulo pretende-se explicar os dados que serão utilizados, formular as equações a serem estimadas a partir das variáveis selecionadas, tecer algumas previsões relativamente ao impacto que as IPSS possam ter no desenvolvimento económico, no crescimento populacional e na proteção social dos indivíduos residentes de cada concelho e, por fim, apresentar os principais resultados da estimação das três regressões, bem como a discussão dos mesmos e comparação com as hipóteses formuladas no modelo teórico.

3.1 Descrição dos dados

Para a construção da base de dados a utilizar na estimação das regressões foram consultadas diferentes fontes de acesso livre para a extração de dados, nomeadamente o Instituto Nacional de Estatística (INE), a base de dados do PORDATA e as estatísticas mensais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP). Adicionalmente, foi necessário aceder à base de dados dos Quadros de Pessoal (fonte de acesso com direito de propriedade) de modo a obter informações relativas às IPSS. Com efeito, encontram-se descritas no Apêndice I as variáveis extraídas a utilizar, bem como a sua definição, horizonte temporal e a respetiva fonte. Deste modo, através de dados em painel, pretende-se analisar os 308 concelhos presentes em Portugal abrangendo os seguintes períodos de tempo: de 2004 a 2012 para a equação do desenvolvimento económico e da proteção social e de 1992 a 2012 para a equação do crescimento populacional.

3.1.1 Limitações

No decorrer da elaboração da base de dados que foi utilizada, foram surgindo limitações que precisam de ser abordadas e discutidas para melhor compreensão do conjunto de dados final. Em primeiro, algumas das variáveis encontradas na literatura como determinantes do desenvolvimento económico, do crescimento populacional e da proteção social não estavam disponíveis por concelho em nenhuma base de dados estatística, razão pela qual estas variáveis serão contabilizadas no erro de cada uma das regressões.

Em segundo lugar, algumas das variáveis não estavam disponíveis na sua totalidade no horizonte temporal considerado para cada variável explicada, o que levou a duas soluções distintas: para as variáveis que existiam em níveis geográficos maiores, foram extrapolados os valores por concelho baseados na correspondência a cada uma destas regiões (como é o caso da mortalidade infantil, onde a proporção do número de óbitos de crianças com idade inferior a 1 ano em relação ao número de nados-vivos foi calculada através de valores extrapolados para os concelhos a partir dos dados de NUTS III e como é o caso da taxa bruta de escolarização secundária cujos valores foram extrapolados através dos dados de NUTS II); por outro lado, as variáveis onde não foi possível fazer esta extrapolação (como é o caso da dívida, receitas e despesas das câmaras municipais e da média das temperaturas máximas e mínimas), tiveram de ser excluídas da regressão por falta de observações, e assim contabilizadas no erro.

Em terceiro lugar, é ainda de salientar que para identificar o número de IPSS e o número dos trabalhadores das mesmas na base de dados dos Quadros de Pessoal, foi necessário realizar um cruzamento da natureza jurídica com a atividade económica de cada estabelecimento (ver Apêndice II e Apêndice III), o que levará a que algumas organizações deste tipo sejam excluídas (por exemplo no caso em que as IPSS tenham a sua atividade económica mal classificada). Ainda, e também relativamente à base de dados dos Quadros de Pessoal, é importante referir que nesta não estão disponíveis dados a partir de 2010 para os concelhos da Região Autónoma dos Açores. Tal acontece também na variável da taxa de desemprego, calculada a partir das estatísticas mensais do IEFP, uma vez que a mesma não inclui (para todo o horizonte temporal)

dados relativos aos concelhos da Região Autónoma da Madeira e da Região Autónoma dos Açores.

Por último, é necessário referir que apesar do horizonte temporal da equação do crescimento populacional ir de 1992 a 2012, muitas observações foram eliminadas ao limpar os dados, uma vez que algumas variáveis não estavam disponíveis para a totalidade deste período.

3.2 Descrição das variáveis

No que diz respeito à primeira regressão, relativa ao desenvolvimento económico, o logaritmo do ganho médio mensal (em euros) será a variável explicada a utilizar. Assim, a Tabela 1 apresenta as variáveis utilizadas, o seu tipo e também a sua descrição.

Variáveis	Tipo de variável	Descrição
<i>deco</i>	Explicada	Ganho médio mensal (em euros)
<i>ipss</i>	<i>nins</i>	Explicativa
		Número de IPSS (em centenas)
	<i>ntab</i>	Explicativa
		Número de trabalhadores das IPSS (em centenas)
<i>priv</i>	<i>nins_priv</i>	Controlo
		Número de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
	<i>ntab_priv</i>	Controlo
		Número de trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
<i>dsmg</i>	Controlo	Taxa de desemprego
<i>hebas</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino básico dos homens
<i>mebas</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino básico das mulheres

<i>hesec</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário dos homens
<i>mesec</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário das mulheres
<i>hesup</i>	Controlo	Proporção do número de alunos homens que frequentam o ensino superior em relação à população ativa
<i>mesup</i>	Controlo	Proporção do número de alunos mulheres que frequentam o ensino superior em relação à população ativa
<i>morti</i>	Controlo	Taxa de mortalidade infantil
<i>fecu</i>	Controlo	Taxa de fecundidade geral
<i>imp</i>	Controlo	Proporção das importações de bens de comércio internacional no total das importações de comércio internacional em Portugal
<i>exp</i>	Controlo	Proporção das exportações de bens de comércio internacional das câmaras municipais no total das exportações de comércio internacional em Portugal
<i>popa</i>	Controlo	Percentagem da população residente que está ativa (entre os 15 e os 64 anos)
<i>dcosta</i>	Controlo	Variável dummy cujo valor é igual a 1 se o concelho estiver situado numa zona costeira marítima e 0 caso contrário

Tabela 1- Descrição das variáveis da equação do desenvolvimento económico

De seguida, e tendo em conta a segunda regressão relativa ao crescimento populacional, o logaritmo da população residente será a variável explicada a utilizar. Assim, a Tabela 2 apresenta as variáveis utilizadas, o seu tipo e também a sua descrição.

Variáveis	Tipo de variável	Descrição
<i>pop</i>	Explicada	População residente (em unidades)
<i>ipss</i>	<i>nins</i> Explicativa	Número de IPSS (em centenas)
	Explicativa	Número de trabalhadores das IPSS (em centenas)

<i>ntab</i>		
<i>nins_priv</i>	Controlo	Número de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
<i>priv</i>		
<i>ntab_priv</i>	Controlo	Número de trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
<i>estj</i>	Controlo	Percentagem da população com menos de 14 anos
<i>hper</i>	Controlo	Percentagem de homens na população residente
<i>hesup</i>	Controlo	Proporção do número de alunos homens que frequentam o ensino superior em relação à população ativa
<i>mesup</i>	Controlo	Proporção do número de alunos mulheres que frequentam o ensino superior em relação à população ativa
<i>hebas</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino básico dos homens
<i>mebas</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino básico das mulheres
<i>hesec</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário dos homens
<i>mesec</i>	Controlo	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário das mulheres
<i>dcosta</i>	Controlo	Variável dummy cujo valor é igual a 1 se o concelho estiver situado numa zona costeira marítima e 0 caso contrário
<i>infm</i>	Controlo	Taxa de mortalidade infantil
<i>mort</i>	Controlo	Taxa bruta de mortalidade
<i>deco</i>	Controlo	Ganho médio mensal (em euros)
<i>cam</i>	Controlo	Proporção do número de camas dos hospitais no total de camas dos hospitais em Portugal
<i>crim</i>	Controlo	Proporção do número de crimes registados pelas autoridades policiais no número total de crimes registados em Portugal
<i>dsmp</i>	Controlo	Taxa de desemprego

Tabela 2- Descrição das variáveis da equação do crescimento populacional

Relativamente à proteção social dos concelhos (terceira equação), o logaritmo das pensões distribuídas pela segurança social (em milhões de euros) será a variável explicada a utilizar. Por falta de dados nas bases de dados estatísticas, não foi possível obter o valor total das despesas com a proteção social, mas apenas o montante gasto com as pensões e com o Rendimento Social de Inserção (RSI). Deste modo, só foram consideradas as despesas com as pensões pelo facto de estas representarem a maior percentagem das despesas da Segurança Social e por não fazer sentido incluir na mesma regressão variáveis que explicassem juntamente as pensões e o RSI. Deste modo, a Tabela 3 apresenta as variáveis utilizadas, o seu tipo e também a sua descrição.

Variáveis	Tipo de variável	Descrição
<i>pens</i>	Explicada	Pensões da Segurança Social (em milhões de euros)
<i>ipss</i>	<i>nins</i>	Explicativa
		Número de IPSS (em centenas)
	<i>ntab</i>	Explicativa
		Número de trabalhadores das IPSS (em centenas)
<i>priv</i>	<i>nins_priv</i>	Controlo
		Número de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
	<i>ntab_priv</i>	Controlo
		Número de trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS (em centenas)
<i>imp</i>	Controlo	Proporção das importações de bens de comércio internacional no total das importações de comércio internacional em Portugal
<i>exp</i>	Controlo	Proporção das exportações de bens de comércio internacional das câmaras municipais no total das exportações de comércio internacional em Portugal
<i>deco</i>	Controlo	Ganho médio mensal (em euros)

<i>pop</i>	Controlo	População residente (em unidades)
<i>popid</i>	Controlo	Proporção de pessoas com mais de 64 anos em relação ao total da população residente
<i>dsmp</i>	Controlo	Taxa de desemprego

Tabela 3- Descrição das variáveis da equação da proteção social

Por último, resta apenas clarificar qual a definição de IPSS que irá ser adotada e salientar algumas características destas mesmas instituições. Assim, e de acordo com o Decreto Lei nº172-A, são instituições particulares de solidariedade social, as pessoas coletivas, sem finalidade lucrativa, constituídas exclusivamente por iniciativa de particulares, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de justiça e de solidariedade, contribuindo para a efetivação dos direitos sociais dos cidadãos, desde que não sejam administradas pelo Estado ou por outro organismo público (Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social, 2014). Note-se ainda que, à semelhança de Mendes (2018), para além das IPSS (Associações de Solidariedade Social, Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais Paroquiais, Irmandades de Misericórdia e Institutos de Organizações Religiosas) também foram consideradas as Associações Mutualistas e instituições equiparadas a IPSS (Cooperativas de Responsabilidade Social e Casas do Povo), sendo que a designação utilizada é referente ao conjunto destas mesmas. No entanto, e como referido nas limitações, para identificar o número de IPSS e o número dos trabalhadores das mesmas na base de dados dos Quadros de Pessoal, foi necessário realizar um cruzamento da natureza jurídica com a atividade económica de cada estabelecimento (ver Apêndice II e Apêndice III), sendo assim este o conceito de IPSS realmente utilizado.

3.2.1 Estatísticas descritivas

3.2.1.1 Desenvolvimento económico

A Tabela 4¹ apresenta as estatísticas descritivas das variáveis que compõem a equação do desenvolvimento económico, para o horizonte temporal de 2004 a 2012. Deste modo, resumiu-se a informação da base de dados que foi construída e pretende-se analisar a mesma.

Variáveis	Nº de observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>deco</i>	2.706	802,4417	773,0950	161,1783	521,9000	1.882,9500
<i>nins</i>	2.715	0,1660	0,0900	0,2813	0,0000	4,1000
<i>nins_priv</i>	2.715	12,4030	4,8500	24,6448	0,1700	353,7900
<i>ntab</i>	2.715	3,6355	1,8900	6,2276	0,0000	94,6800
<i>ntab_priv</i>	2.715	95,4010	28,0700	255,3555	0,5600	4.096,26
<i>dsmp</i>	2.502	6,8211	6,4816	2,3989	1,6202	16,8975
<i>hebas</i>	2.507	121,5472	119,2000	17,4543	66,2000	228,0000
<i>mebas</i>	2.507	119,7608	116,2000	21,7465	64,6000	430,1000
<i>hesec</i>	2.373	102,7709	91,2000	55,5572	0,9000	422,7000
<i>mesec</i>	2.374	118,8454	109,3000	60,1767	1,8000	623,1000
<i>hesup</i>	2.715	0,7148	0,0000	2,2813	0,0000	19,9320
<i>mesup</i>	2.715	0,8928	0,0000	2,7600	0,0000	21,9400
<i>morti</i>	2.715	0,3546	0,3333	0,1645	0,0000	1,0695
<i>fecu</i>	2.715	36,1262	35,7000	7,6637	10,1000	88,4000
<i>imp</i>	2.407	0,3036	0,0169	1,7717	0,0000	31,6336
<i>exp</i>	2.407	0,3057	0,0270	0,9236	0,0000	14,2283
<i>popa</i>	2.715	63,5009	63,8648	4,4922	47,8952	72,9892
<i>dcosta</i>	2.715	0,2840	0,0000	0,4510	0,0000	1,0000

Tabela 4- Estatísticas descritivas da equação do desenvolvimento económico

1 As variáveis *hebas* e *mebas* são calculadas através da proporção da população residente que está a frequentar o grau de ensino básico, relativamente ao total da população residente com idades entre os 6 e os 14 anos. Acontece que, estas variáveis apresentam taxas maiores do que 100%, o que pode ser possivelmente explicado devido ao facto de existirem residentes que frequentam este grau escolar e cuja idade não corresponde ao intervalo considerado. O mesmo se aplica às variáveis *hesec* e *mesec*, cujo intervalo de idades vai dos 15 aos 17 anos.

Assim, é possível verificar que o concelho mediano tem, no ano mediano, um ganho médio mensal de 773,10 euros, 9 IPSS, 485 estabelecimentos que não são IPSS, 189 trabalhadores de IPSS, 2.807 trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS, uma taxa de desemprego de 6,48%, uma taxa bruta de escolarização no ensino básico nos homens de 119,20% e nas mulheres de 116,20%, uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário nos homens de 91,20% e nas mulheres de 109,30%, uma percentagem de alunos homens e mulheres inscritos no ensino superior de 0%², uma taxa de mortalidade infantil de 0,33%, uma taxa de fecundidade de 35,70%, uma taxa de importações de bens de comércio internacional de 0,02% e de exportações de 0,03%, uma taxa de população ativa de 63,86% e, por fim, o concelho médio não está situado na costa.

3.2.1.2 Crescimento populacional

Do mesmo modo, a Tabela 5³ apresenta as estatísticas descritas das variáveis da equação do crescimento populacional para o horizonte temporal de 1992 a 2012, onde também será feita uma análise aos dados recolhidos.

Variáveis	Nº de observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>pop</i>	6.390	33.564,4500	14.949,5000	55.099,7500	395,0000	643.466,0000
<i>nins</i>	6.390	0,12067	0,0600	0,2352	0,0000	4,1000
<i>nins_priv</i>	6.390	10,2021	3,7000	22,4538	0,0600	353,7900
<i>ntab</i>	6.390	2,5106	1,1300	5,2526	0,0000	94,6800
<i>ntab_priv</i>	6.390	86,1602	23,0500	244,0836	0,1500	4.096,2600
<i>estj</i>	6.390	15,3891	15,2164	3,2336	5,2156	32,3706
<i>hper</i>	6.390	48,3465	48,3905	1,1461	42,5839	54,6988
<i>hesup</i>	6.390	0,6157	0,0000	2,0766	0,0000	19,9320

2 As variáveis respeitantes à proporção do número de alunos que frequentam o ensino superior (*hesup* e *mesup*) são calculadas com base na localização do estabelecimento de ensino e não no local de residência do aluno.

3 As variáveis *hebas* e *mebas* são calculadas através da proporção da população residente que está a frequentar o grau de ensino básico, relativamente ao total da população residente com idades entre os 6 e os 14 anos. Acontece que, estas variáveis apresentam taxas maiores do que 100%, o que pode ser possivelmente explicado devido ao facto de existirem residentes que frequentam este grau escolar e cuja idade não corresponde ao intervalo considerado. O mesmo se aplica às variáveis *hesec* e *mesec*, cujo intervalo de idades vai dos 15 aos 17 anos.

<i>mesup</i>	6.390	0,8181	0,0000	2,6556	0,0000	21,9400
<i>hebas</i>	2.785	121,4554	119,3000	17,0148	66,2000	228,0000
<i>mebas</i>	2.785	119,7211	116,4000	21,0261	64,6000	430,1000
<i>hesec</i>	3.947	108,3349	106,7000	20,9878	66,0000	156,4000
<i>mesec</i>	3.947	125,1325	122,0000	22,1435	81,8000	201,7000
<i>dcosta</i>	6.390	0,2934	0,0000	0,4554	0,0000	1,0000
<i>infn</i>	5.170	0,4570	0,4237	0,2172	0,0000	1,3245
<i>mort</i>	6.390	12,8036	12,3000	3,9876	4,8000	33,3000
<i>deco</i>	2.706	802,4417	773,0950	161,1783	521,9000	1.882,9500
<i>cam</i>	4.255	0,2204	0,0000	1,3690	0,0000	20,9085
<i>crim</i>	4.560	0,3163	0,0950	0,8289	0,0000	15,3464
<i>dsm</i>	2.502	6,8211	6,4816	2,3989	1,6202	16,8975

Tabela 5-Estatísticas descritivas da equação do crescimento populacional

Assim, o concelho mediano tem, no ano mediano, uma população residente de 14.950 indivíduos, 6 IPSS, 370 estabelecimentos que não são IPSS, 113 trabalhadores de IPSS, 2.305 trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS, uma estrutura jovem (população residente com menos de 14 anos) de 15,22%, uma percentagem de homens na população residente de 48,39%, uma percentagem de alunos homens e mulheres inscritos no ensino superior de 0%⁴, uma taxa bruta de escolarização no ensino básico nos homens de 119,30% e nas mulheres de 116,40%, uma taxa bruta de escolarização no ensino secundário nos homens de 106,70% e nas mulheres de 122,00%, não está situado no costa, uma taxa de mortalidade infantil de 0,42%, uma taxa bruta de mortalidade de 12,3%, um ganho médio mensal de 773,10 euros, uma percentagem de camas dos hospitais de 0%⁵, uma taxa de crimes registados pelas autoridades policiais de 0,10% e, por fim, uma taxa de desemprego de 6,48%.

4 As variáveis respeitantes à proporção do número de alunos que frequentam o ensino superior (*hesup* e *mesup*) são calculadas com base na localização do estabelecimento de ensino e não no local de residência do aluno.

5 A variável respeitante à percentagem de camas dos hospitais (*cam*) é calculada com base na localização do estabelecimento hospitalar.

3.2.1.3 Proteção social

Por fim, a Tabela 6 apresenta as estatísticas descritivas das variáveis da equação da proteção social para o horizonte temporal de 2004 a 2012. À semelhança das outras equações, também se irão tecer comentários ao resumo da informação dos dados.

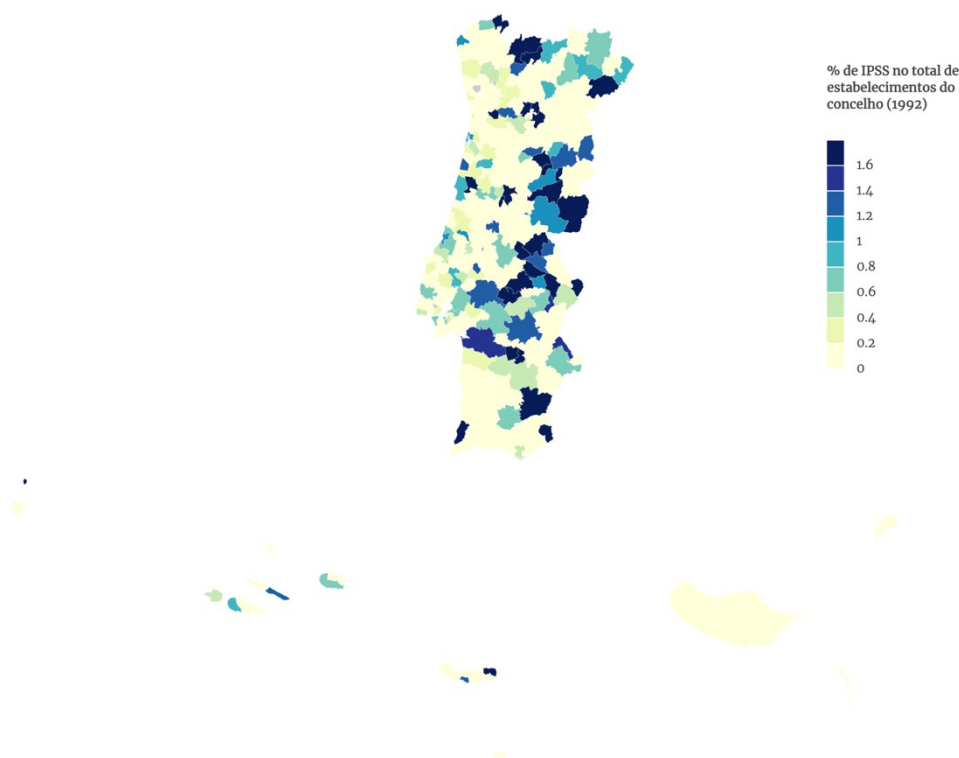
Variáveis	Nº de observações	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
<i>pens</i>	2.711	40,3690	17,2690	86,0890	0,2550	1.251,7527
<i>nins</i>	2.715	0,1660	0,0900	0,2813	0,0000	4,1000
<i>nins_priv</i>	2.715	12,4030	4,8500	24,6448	0,1700	353,7900
<i>ntab</i>	2.715	3,6355	1,8900	6,2276	0,0000	94,6800
<i>ntab_priv</i>	2.715	95,4010	28,0700	255,3555	0,5600	4.096,2600
<i>imp</i>	2.407	0,3036	0,0169	1,7717	0,0000	31,6336
<i>exp</i>	2.407	0,3057	0,0270	0,9236	0,0000	14,2283
<i>deco</i>	2.706	802,4417	773,0950	161,1783	521,9000	1.882,9500
<i>pop</i>	2.715	34.442,7700	15.005,0000	56.044,2100	415,0000	558.019,0000
<i>popid</i>	2.715	22,3984	21,9587	7,4518	8,1245	78,8243
<i>dsmp</i>	2.502	6,8211	6,4816	2,3989	1,6202	16,8975

Tabela 6-Estatísticas descritivas da equação da proteção social

Assim, é possível apurar que o concelho mediano tem, no ano mediano, pensões no valor de 17,27 milhões de euros, 9 IPSS, 485 estabelecimentos que não são IPSS, 189 trabalhadores de IPSS, 2.807 trabalhadores de estabelecimentos que não são IPSS, uma taxa de importações de bens de comércio internacional de 0,02% e de exportações de 0,03%, um ganho médio mensal de 773,10 euros, uma população residente de 15.005 indivíduos, uma percentagem de população idosa (população residente com mais de 65 anos) de 21,96% e, por fim, uma taxa de desemprego de 6,48%.

3.3 Evolução das IPSS ao longo dos anos

Uma vez tendo acesso à base de dados dos Quadros de Pessoal e sendo possível determinar o número de IPSS presentes em Portugal por concelho, bem como o número de trabalhadores das mesmas, tornou-se interessante analisar a sua evolução ao longo dos anos. Deste modo, para os anos de 1992, 2004 e 2012 analisam-se a percentagem de IPSS no total de estabelecimentos do concelho, a percentagem de emprego das IPSS no total de emprego do concelho e, por fim, a percentagem de emprego das IPSS no total da população ativa do concelho.



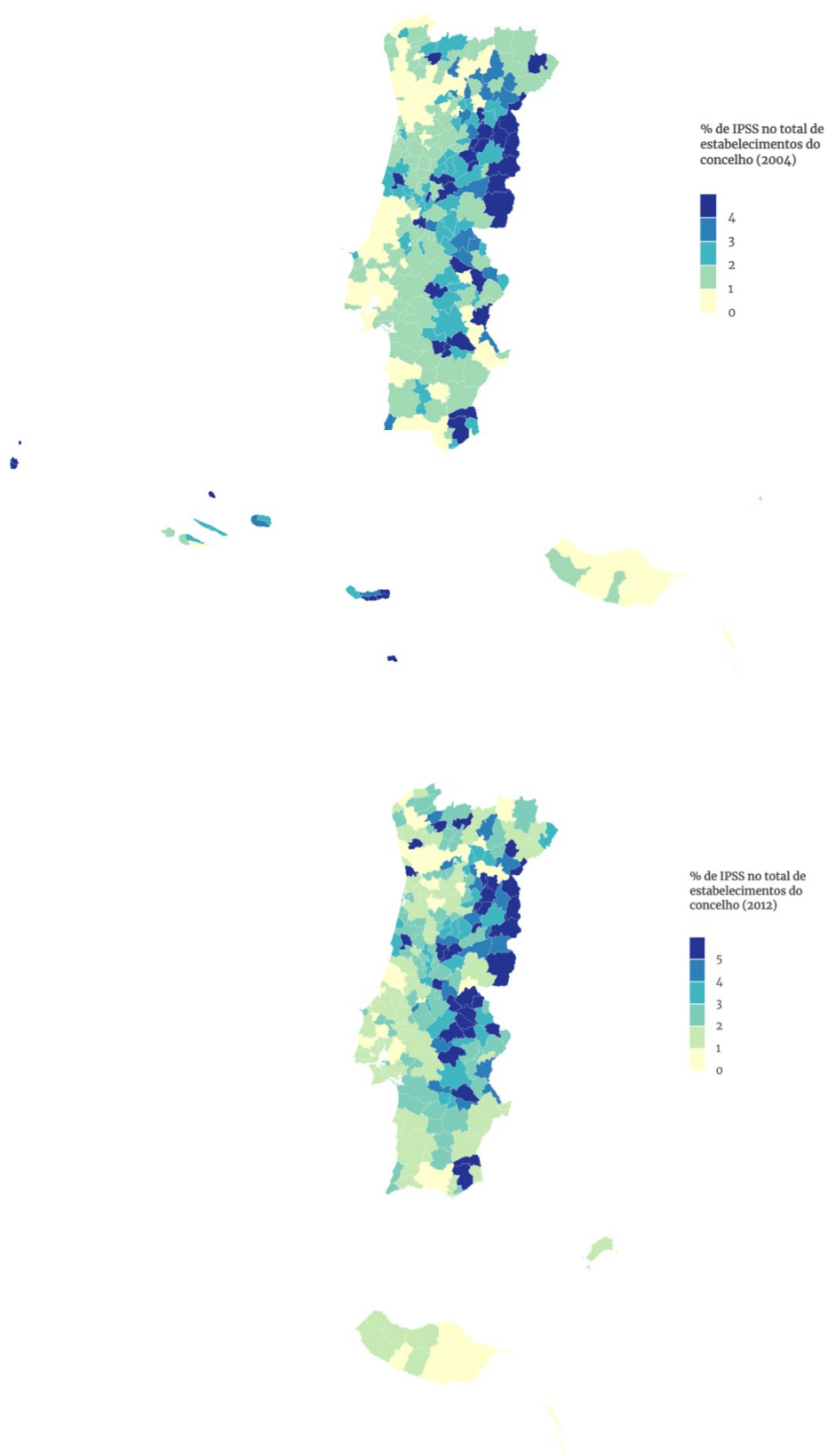
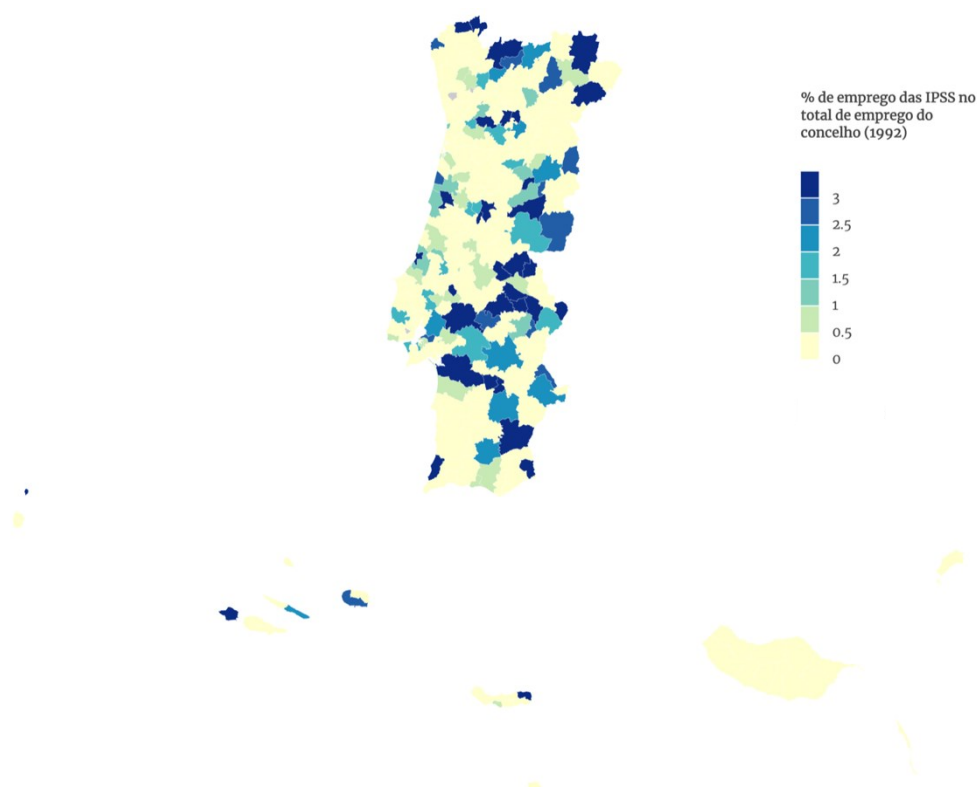


Figura 4- Percentagem de IPSS no total de estabelecimentos do concelho (1992, 2004 e 2012)

A Figura 4 apresenta a evolução do peso das IPSS no total de estabelecimentos do concelho em três anos específicos. Em 1992, é possível verificar que esta percentagem é maior em algumas zonas do interior, nas regiões fronteiriças, na zona litoral de Aveiro e Coimbra e também em certos concelhos do Alentejo e Algarve. Já em 2004, é visível um aumento bastante significativo desta percentagem em todo o país, sendo que as regiões fronteiriças e os concelhos da Região Autónoma dos Açores apresentam os maiores valores. Por último, em 2012 dá-se de novo um aumento (ainda que não tão significativo), sendo que as maiores percentagens se localizam, mais uma vez, nas zonas fronteiriças e em alguns concelhos do Litoral Norte e do interior. Analisando os três anos em conjunto é notável a evolução do número de IPSS em cada concelho, o que permite corroborar a ideia de que o número destas instituições tem vindo a aumentar exponencialmente ao longo do tempo.



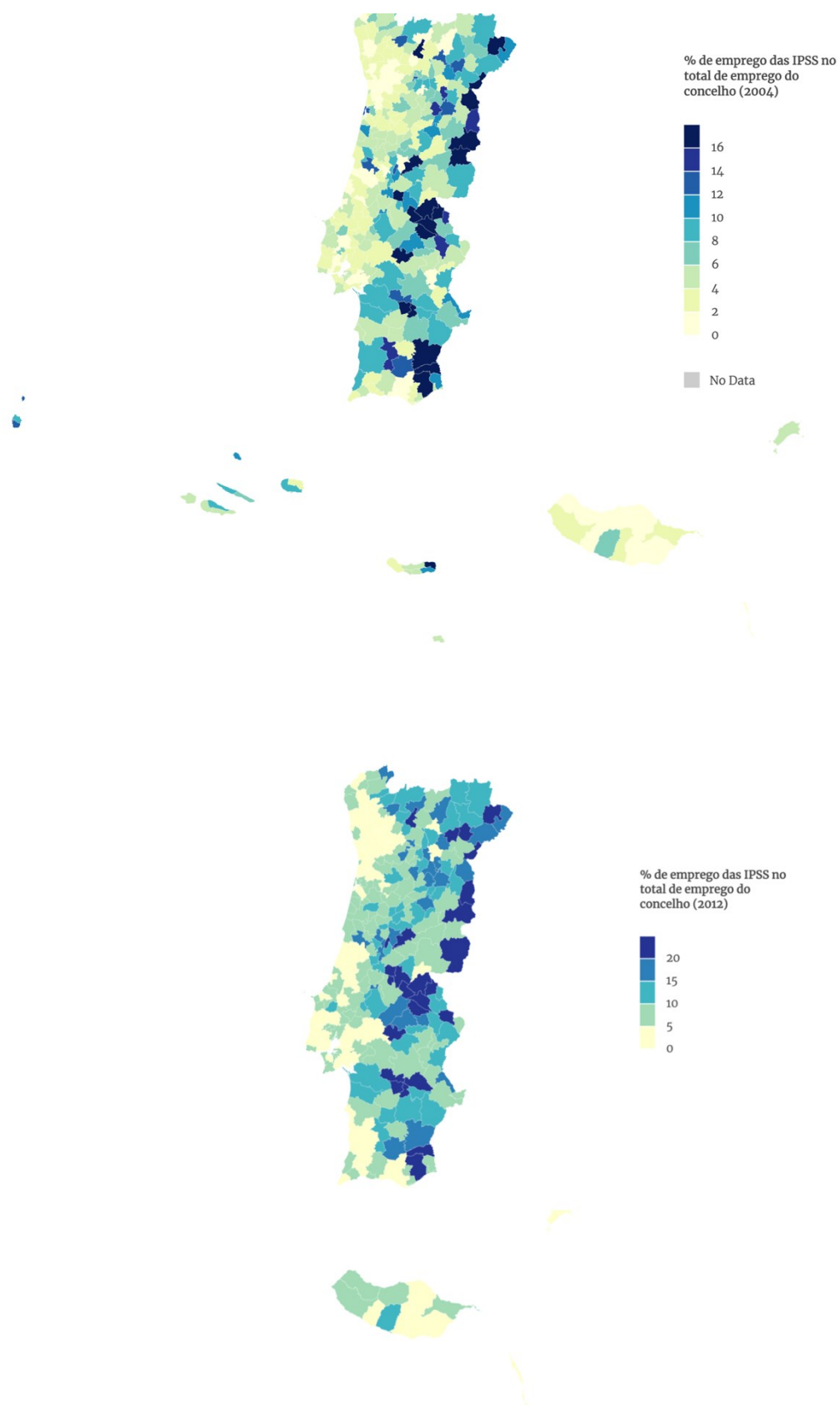
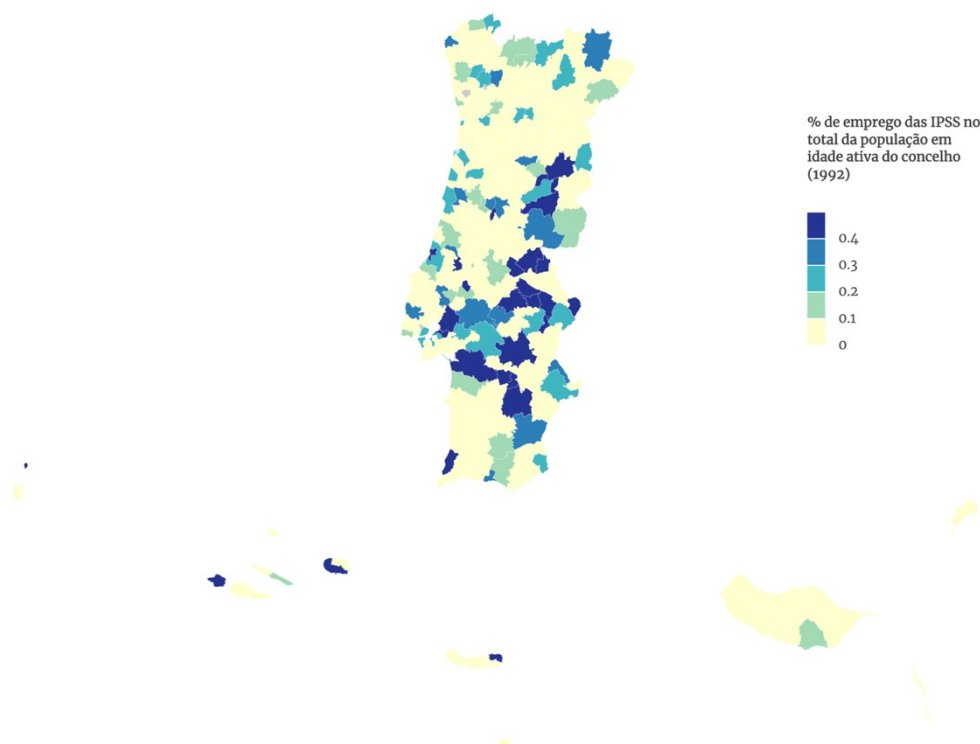


Figura 5- Percentagem de emprego das IPSS no total de emprego do concelho (1992, 2004 e 2012)

A Figura 5 apresenta a evolução do peso do emprego das IPSS no total de emprego do concelho nos anos de 1992, 2004 e 2012. Assim, em 1992 verifica-se que o número de trabalhadores destas instituições tem um grande peso nas regiões do interior do Alentejo, na fronteira mais a norte com Espanha e também em alguns concelhos da Região Autónoma dos Açores. Já em 2004, é visível mais uma vez, um aumento significativo desta percentagem em todo o país, sendo a zona mais relevante a fronteira com Espanha. Por fim, em 2012 dá-se novamente um aumento (não tão significativo) e é possível verificar que o emprego das IPSS possui uma maior magnitude nas zonas fronteiriças mais a norte do país e também na região do Alentejo Central. Deste modo, e tendo em perspetiva os três anos em conjunto, verifica-se um aumento bastante significativo do peso do emprego das IPSS no total de emprego dos concelhos onde estão inseridas, potenciado pelo já mencionado aumento do número destas instituições.



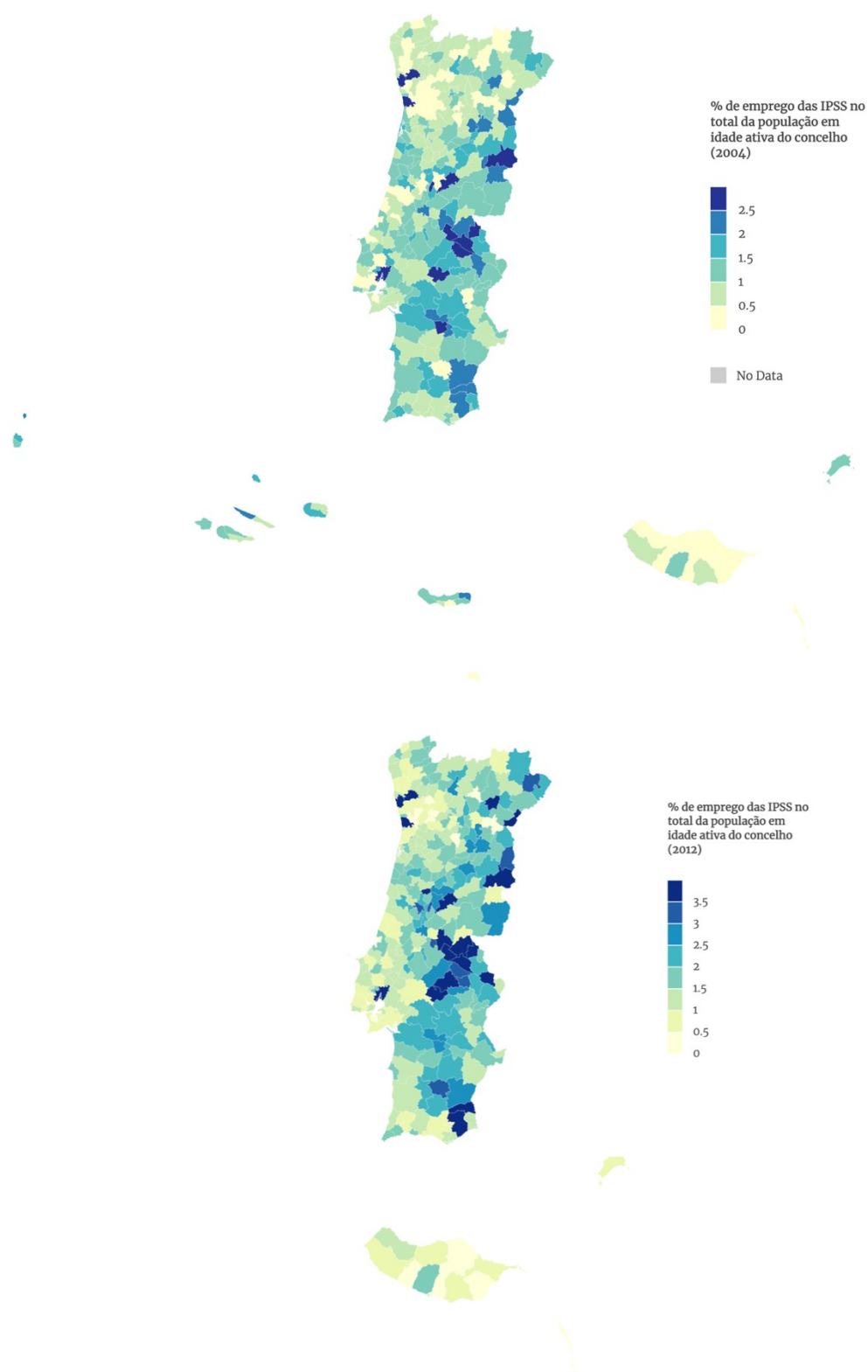


Figura 6- Percentagem de emprego das IPSS no total da população em idade ativa do concelho (1992, 2004 e 2012)

A Figura 6 apresenta a evolução do peso do emprego das IPSS no total da população ativa do concelho em três anos específicos. Em 1992, verificam-se valores mais elevados desta percentagem no Alentejo Central e Litoral, Baixo Alentejo, Beiras e em alguns concelhos da Região Autónoma dos Açores. Em 2004, dá-se novamente um aumento bastante significativo em todo o país, sendo o peso maior no Alto Alentejo, Beiras e em alguns concelhos da Área Metropolitana do Porto e de Lisboa. Por último, em 2012 é visível um aumento não tão significativo como aquele do ano de 1992 para o ano de 2004, mas ainda assim verificam-se valores elevados no Alto Alentejo, Médio Tejo, Beiras e Serra da Estrela, Algarve (junto da fronteira com Espanha) e de novo em alguns concelhos da Área Metropolitana do Porto e de Lisboa. Deste modo, analisando os três anos em conjunto é possível concluir que existe uma empregabilidade crescente potenciada pelas IPSS, derivado ao aumento exponencial do seu número.

3.4 Análise preliminar

Antes de partir para a análise dos resultados obtidos através da estimação das três equações mencionadas acima, torna-se útil fazer uma primeira análise à relação entre as suas variáveis explicativas e a variável explicada. Por esta razão, analisou-se graficamente a relação entre o logaritmo do desenvolvimento económico (medido através do ganho médio mensal em euros, representado pela variável $\log(deco)$), o logaritmo do crescimento populacional (medido através da população residente, representada pela variável $\log(pop)$) e o logaritmo da proteção social (medido através das pensões da Segurança Social em milhões de euros, representado pela variável $\log(pens)$) e as suas variáveis explicativas, nomeadamente o número de IPSS e número de trabalhadores dessas mesmas instituições.

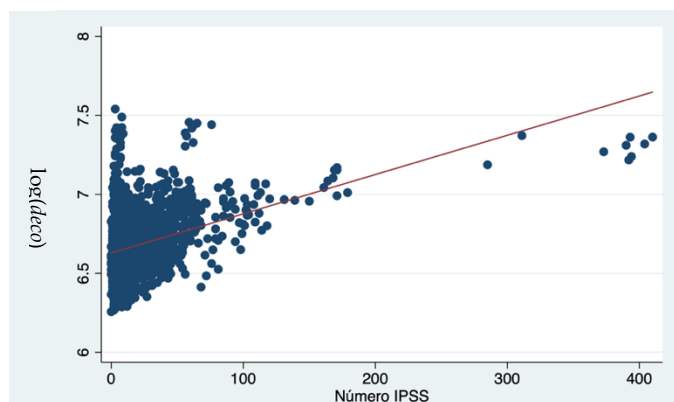


Figura 7- Relação entre $\log(\text{deco})$ e o número de IPSS

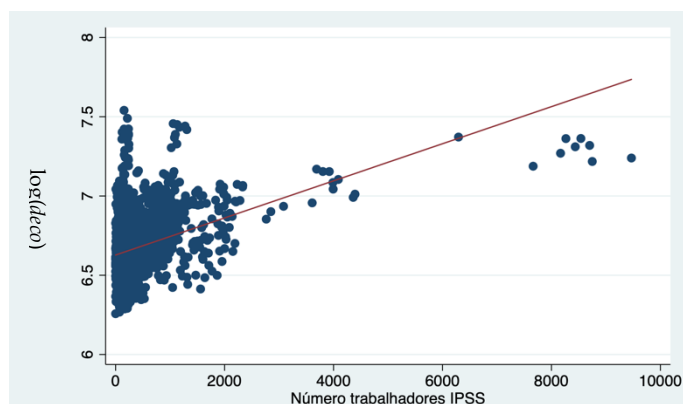


Figura 8- Relação entre $\log(\text{deco})$ e o número de trabalhadores das IPSS

Através das figuras 7 e 8 é possível verificar que o declive da reta estimada para a relação entre $\log(\text{deco})$ e o número de IPSS, bem como para o número de trabalhadores das IPSS, é positivo em ambas as situações, indicando assim que quanto maior for o número de IPSS de um concelho, bem como quanto maior for o número de pessoas que estas mesmas IPSS empregam, maior o ganho médio mensal em euros da população desse mesmo concelho. Com efeito, este resultado é consistente com a hipótese formulada no modelo teórico acerca do desenvolvimento económico (Hipótese 1).

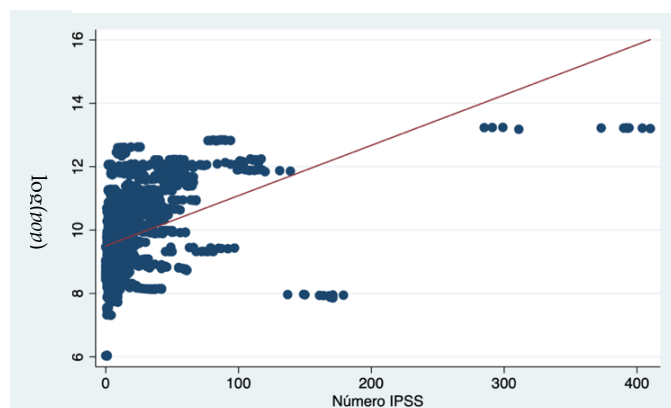


Figura 10- Relação entre $\log(\text{pop})$ e o número de IPSS

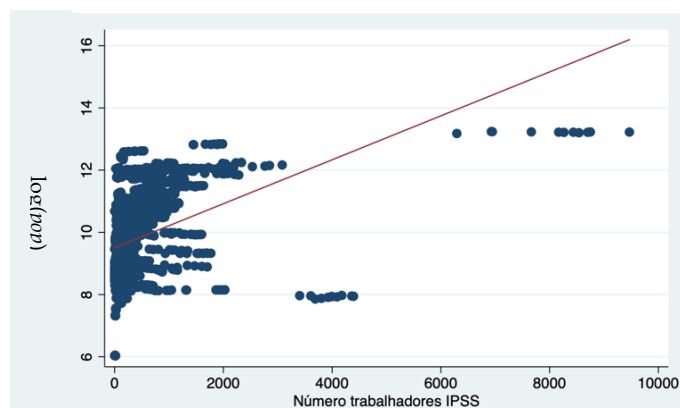


Figura 9- Relação entre $\log(\text{pop})$ e o número de trabalhadores das IPSS

Do mesmo modo, ao analisar as figuras 9 e 10 é possível verificar que o declive da reta em ambas situações é positivo, indicando assim, mais uma vez, que quanto maior for o número de IPSS de um concelho, bem como quanto maior for o número de pessoas que estas mesmas IPSS empregam, maior a população residente desse mesmo concelho. Comparando com a *Hipótese 2* formulada no modelo teórico, este resultado valida a ideia de que o aumento das oportunidades de emprego potenciado pelo aumento de IPSS, leva a que os residentes não necessitem de se mudar em busca de condições mais favoráveis.

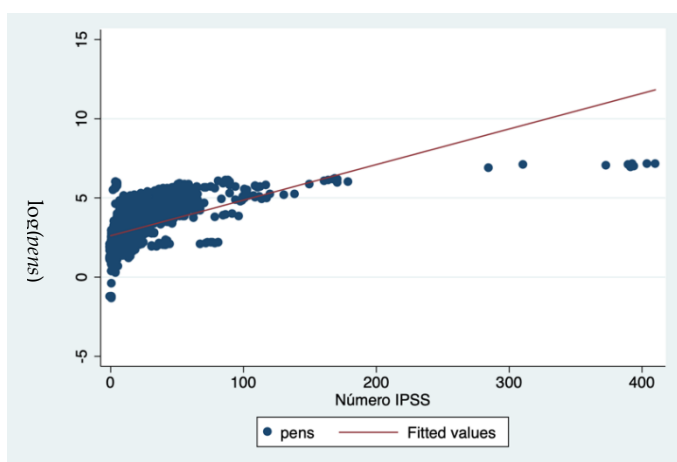


Figura 11-Relação entre $\log(pens)$ e o número de IPSS

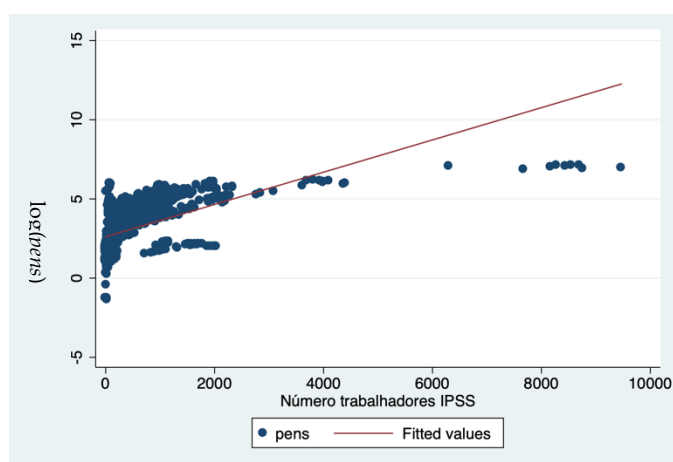


Figura 12- Relação entre $\log(pens)$ e o número de trabalhadores das IPSS

Não obstante, ao analisar as figuras 11 e 12 é possível verificar que o declive da reta em ambas situações é positivo, indicando também que quanto maior for o número de IPSS de um concelho, bem como quanto maior for o número de pessoas que estas mesmas IPSS empregam, maiores as pensões da Segurança Social em milhões de euros distribuídas aos residentes desse mesmo concelho. No entanto, a hipótese formulada no modelo teórico é exatamente oposta aos resultados desta primeira análise, uma vez que a *Hipótese 3* sugere que o efeito seja negativo.

Por último, é ainda importante referir que a resposta dada pela análise preliminar pode estar enviesada, uma vez que a regressão apenas considera uma variável explicativa e todas as variáveis de controlo estão omitidas no erro, podendo causar assim problemas de endogeneidade se estiverem correlacionadas com as variáveis

explicativas. Deste modo, é essencial estimar as regressões incluindo as variáveis de controlo que foram seleccionadas a partir da revisão bibliográfica.

3.5 Modelo de regressão

Neste subcapítulo irão ser apresentadas as três equações que estão subjacentes ao modelo adotado nesta dissertação. Assim, em primeiro lugar descreve-se a equação do desenvolvimento económico, dada por:

$$\begin{aligned} \log(deco_{it}) = & \beta_0 + \beta_1 ipss_{it} + \beta_2 priv_{it} + \beta_3 dsmp_{it} + \beta_4 hebas_{it} + \beta_5 mebas_{it} \\ & + \beta_6 hesec_{it} + \beta_7 mesec_{it} + \beta_8 hesup_{it} + \beta_9 mesup_{it} + \beta_{10} mort_{it} \\ & + \beta_{11} fecu_{it} + \beta_{12} imp_{it} + \beta_{13} exp_{it} + \beta_{14} popa_{it} + \beta_{15} dcosta_i + u_t + v_i \\ & + \varepsilon_{it} , \end{aligned}$$

onde u_t representa os efeitos fixos de ano t , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada ano mas que podem variar entre anos, v_i representa os efeitos fixos de concelho i , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada concelho mas que podem variar entre concelhos e ε_{it} representa o termo do erro para o concelho i no ano t ⁶. A interpretação das restantes variáveis encontra-se descrita no subcapítulo 3.2.

Em segundo lugar, encontra-se descrita a equação do crescimento populacional, dada por:

$$\begin{aligned} \log(pop_{it}) = & \beta_0 + \beta_1 ipss_{it} + \beta_2 priv_{it} + \beta_3 estj_{it} + \beta_4 hper_{it} + \beta_5 hesup_{it} + \beta_6 mesup_{it} \\ & + \beta_7 hebas_{it} + \beta_8 mebas_{it} + \beta_9 hesec_{it} + \beta_{10} mesec_{it} + \beta_{11} dcosta_i \\ & + \beta_{12} infm_{it} + \beta_{13} mort_{it} + \beta_{14} \log(deco_{it}) + \beta_{15} cam_{it} + \beta_{16} crim_{it} \\ & + \beta_{17} dsmp_{it} + u_t + v_i + \varepsilon_{it} , \end{aligned}$$

6 No qual estão consideradas as variáveis cujos valores não estavam disponíveis ao nível dos concelhos, e/ou não estavam disponíveis no horizonte temporal considerado e/ou não tinham o número de observações suficientes para a estimação como é o caso do preço das importações e exportações, a taxa de inflação, a esperança média de vida, a média dos resultados dos exames escolares e as despesas das câmaras municipais.

onde u_t representa os efeitos fixos de ano t , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada ano mas que podem variar entre anos, v_i representa os efeitos fixos de concelho i , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada concelho mas que podem variar entre concelhos e ε_{it} representa o termo do erro para o concelho i no ano t ⁷. Mais uma vez, a interpretação das restantes variáveis encontra-se descrita no subcapítulo 3.2.

Por último, descreve-se a equação da proteção social, dada por:

$$\log(pens_{it}) = \beta_0 + \beta_1 ipss_{it} + \beta_2 priv_{it} + \beta_3 imp_{it} + \beta_4 exp_{it} + \beta_5 \log(deco_{it}) + \beta_6 \log(pop_{it}) + \beta_7 popid_{it} + \beta_8 dsmp_{it} + u_t + v_i + \varepsilon_{it} ,$$

onde u_t representa os efeitos fixos de ano t , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada ano mas que podem variar entre anos, v_i representa os efeitos fixos de concelho i , que servem de controlo para as variáveis omitidas que se assumem constantes em cada concelho mas que podem variar entre concelhos e ε_{it} representa o termo do erro para o concelho i no ano t ⁸. A interpretação das restantes variáveis encontra-se descrita no subcapítulo 3.2.

3.6 Método de estimação

Em primeiro lugar, será utilizado o método dos mínimos quadrados como método de estimação a adotar para estimar as três equações. No entanto, com base nas variáveis de controlo selecionadas através da revisão bibliográfica efetuada no

7 No qual estão consideradas as variáveis cujos valores não estavam disponíveis ao nível dos concelhos, e/ou não estavam disponíveis no horizonte temporal considerado e/ou não tinham o número de observações suficientes para a estimação como é o caso da distância à região metropolitana mais próxima, a percentagem do emprego no setor agrícola e industrial, a esperança média de vida, o nível de urbanização de cada concelho, a densidade populacional e as temperaturas médias máximas e mínimas.

8 No qual estão consideradas as variáveis cujos valores não estavam disponíveis ao nível dos concelhos, e/ou não estavam disponíveis no horizonte temporal considerado e/ou não tinham o número de observações suficientes para a estimação como é o caso do investimento direto estrangeiro, os juros médios sobre novos compromissos de dívida, o tamanho do terceiro setor em relação à força de trabalho total e a taxa de inflação.

Capítulo 1 foi possível verificar que, ou devido à inexistência de alguns dados desagregados por concelho, ou até mesmo devido à falta dos dados no horizonte temporal contemplado para cada equação, foi necessário considerar estas variáveis no erro. Exemplificando, a variável da distância à região metropolitana mais próxima que foi considerada no erro da equação do crescimento populacional e que apenas varia por concelho. Deste modo, para resolver os problemas sugeridos pelas equações, serão adicionadas variáveis dummy específicas que controlam as variáveis omitidas que são assumidas como constantes durante um ano, mas que podem variar entre anos e também as que controlam as variáveis omitidas que são assumidas como constantes para um concelho, mas que podem variar entre concelhos. Assim, às equações estimadas pelos mínimos quadrados, serão acrescentados efeitos fixos de ano e de concelho. Admitindo que a variável da distância à região metropolitana mais próxima poderia estar correlacionada com a variável explicativa ou até mesmo com alguma das variáveis de controlo, as estimações a serem elaboradas através dos mínimos quadrados iriam apresentar problemas de endogeneidade e os seus estimadores tornar-se-iam enviesados.

3.7 Resultados de estimação e discussão

Neste subcapítulo, serão apresentados os principais resultados da estimação das três regressões, bem como a discussão dos mesmos e comparação com as hipóteses formuladas no modelo teórico.

3.7.1 Desenvolvimento económico

A Tabela 7 apresenta os resultados da estimação da equação do desenvolvimento económico. Deste modo, é importante salientar que as especificações (A), (B), (C) e (D) são baseadas em 2.081 observações e que em parênteses se encontra o erro-padrão robusto. Ainda, o símbolo *** indica *p-values* inferiores a 0,01, o símbolo ** *p-values* inferiores a 0,05 e * indica *p-values* inferiores a 0,10.

	Mínimos quadrados		Efeitos fixos	
Variáveis	(A)	(B)	(C)	(D)
<i>constante</i>	6,2133*** (0,0642)	6,2307*** (0,0602)	6,6192*** (0,1103)	6,5992*** (0,1096)
<i>nins</i>	0,1335*** (0,0382)	- -	-0,0014 (0,0198)	- -
<i>nins_priv</i>	-0,0026*** (0,0004)	- -	0,0008*** (0,0003)	- -
<i>ntab</i>	- -	0,0101*** (0,0017)	- -	0,0003 (0,0008)
<i>ntab_priv</i>	- -	-0,0004*** (0,0001)	- -	0,0001* (0,0000)
<i>dsmp</i>	0,0031*** (0,0012)	0,0030** (0,0012)	-0,0016 (0,0012)	-0,0017 (0,0012)
<i>hebas</i>	-0,0020*** (0,0003)	-0,0019*** (0,0003)	0,0001 (0,0001)	0,0001 (0,0001)
<i>mebas</i>	0,0003 (0,0002)	0,0002 (0,0002)	0,0001 (0,0001)	0,0001 (0,0001)
<i>hesec</i>	0,0012*** (0,0001)	0,0012*** (0,0001)	-0,0001 (0,0001)	-0,0001 (0,0001)
<i>mesec</i>	-0,0002* (0,0001)	-0,0002* (0,0001)	0,0001** (0,0000)	0,0001** (0,0000)
<i>hesup</i>	0,0413*** (0,0057)	0,0439*** (0,0057)	-0,0164*** (0,0041)	-0,0166*** (0,0041)
<i>mesup</i>	-0,0314*** (0,0045)	-0,0343*** (0,0045)	0,0105*** (0,0029)	0,0103*** (0,0029)
<i>morti</i>	0,0254 (0,0186)	0,0133 (0,0188)	-0,0085 (0,0061)	-0,0088 (0,0061)
<i>fecu</i>	0,0032*** (0,0005)	0,0031*** (0,0005)	0,0002 (0,0002)	0,0002 (0,0002)
<i>imp</i>	0,0168*** (0,0060)	0,0346*** (0,0074)	0,0075 (0,0046)	0,0071 (0,0050)
<i>exp</i>	0,0402***	0,0438***	-0,0047	-0,0058

	(0,0067)	(0,0067)	(0,0061)	(0,0063)
<i>popa</i>	0,0065***	0,0061***	-0,0001	0,0003
	(0,0009)	(0,0009)	(0,0016)	(0,0016)
<i>dcosta</i>	0,0929***	0,0818***	-0,0593***	-0,0578***
	(0,0086)	(0,0088)	(0,0160)	(0,0168)
<i>Dummies de Concelho</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>Dummies de Ano</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>R quadrado</i>	0,4225	0,4299	0,9654	0,9654
<i>F-test</i>	89,43***	93,43***	-	-

Tabela 7- Resultados da estimação da equação do desenvolvimento económico

Como é possível verificar, quando as equações são estimadas pelos mínimos quadrados (especificações (A) e (B)), as variáveis explicativas *nins* e *ntab* são as duas significativas. Assim, a estimativa do coeficiente de *nins* indica que se o número de IPSS aumentar em uma unidade, o desenvolvimento económico irá aumentar em 0,1335%. Adicionalmente, a estimativa do coeficiente de *ntab* indica que se o número de trabalhadores das IPSS aumentar em cem unidades, o desenvolvimento económico irá aumentar em 1,01%.

Não obstante, os coeficientes das variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* também são significativos. A estimativa do coeficiente de *nins_priv* indica que se o número de estabelecimentos privados que não são IPSS aumentar em uma unidade, o desenvolvimento económico irá diminuir em 0,0026%; e ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab_priv* indica que se o número de trabalhadores dos estabelecimentos que não são IPSS aumentar em cem unidades, o desenvolvimento económico irá diminuir em 0,04%. Uma vez que, os resultados negativos se tornam difíceis de interpretar, é possível argumentar que os mesmos poderão estar enviesados, sendo então necessário controlar os efeitos fixos.

Assim, quando se adicionam os efeitos fixos de ano e concelho (especificações (C) e (D)) os resultados obtidos são bastante diferentes, já que nenhuma das variáveis explicativas é significativa, o que corrobora a importância de controlar para os efeitos fixos. Deste modo, é possível concluir que o número de IPSS e o número de trabalhadores das mesmas não têm qualquer impacto no desenvolvimento económico.

Comparando os resultados obtidos com as hipóteses formuladas no modelo teórico, verifica-se que a Hipótese 1 não foi suportada pelos resultados, uma vez que nenhuma das variáveis explicativas é significativa. Assim, conclui-se que a presença de IPSS (medida pelo número destas instituições e pelo número de trabalhadores das mesmas) num concelho não possui qualquer efeito no desenvolvimento económico.

As variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* são, no entanto, significativas. Assim, a estimativa do coeficiente de *nins_priv* indica que se o número de estabelecimentos privados que não são IPSS aumentar em uma unidade, o desenvolvimento económico irá aumentar em 0,0008%. Ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab_priv* indica que se o número de trabalhadores dos estabelecimentos que não são IPSS aumentar em cem unidades, o desenvolvimento económico irá aumentar em 0,01%. Deste modo, é possível concluir que o estímulo do desenvolvimento económico ao nível dos concelhos em Portugal é dado por todos os estabelecimentos privados que não são IPSS e também pela atividade produzida pelos trabalhadores desses mesmos estabelecimentos e não pelo número de IPSS e pelos trabalhadores das mesmas.

No que diz respeito aos resultados das variáveis de controlo, depois de controlar para os efeitos fixos, verifica-se que a grande maioria não é significativa. No entanto, das que o são, nenhuma tem o efeito que era esperado: a variável *mesec* tem um efeito negativo, *hesup* um efeito negativo, *mesup* um efeito positivo e *dcosta* um efeito negativo. Assim, estes resultados são, mais uma vez, difíceis de interpretar.

3.7.2 Crescimento populacional

A Tabela 8 apresenta os resultados da estimação da equação do crescimento populacional. Deste modo, é importante salientar que as especificações (A), (B), (C) e

(D) são baseadas em 2.475 observações, que em parênteses se encontra o erro-padrão robusto e que valores de 0,0000⁻ ou 0,0000⁺ denotam valores negativos ou positivos (respetivamente) demasiado pequenos para apresentar. Ainda, o símbolo *** indica *p-values* inferiores a 0,01, o símbolo ** *p-values* inferiores a 0,05 e * indica *p-values* inferiores a 0,10.

	Mínimos quadrados		Efeitos fixos	
Variáveis	(A)	(B)	(C)	(D)
<i>constante</i>	10,5297*** (0,7859)	10,5430*** (0,7678)	10,9028*** (0,2401)	10,8886*** (0,2423)
<i>nins</i>	0,6367*** (0,1942)	- -	0,0623** (0,0265)	- -
<i>nins_priv</i>	0,0054** (0,0023)	- -	-0,0010*** (0,0003)	- -
<i>ntab</i>	- -	0,0689*** (0,0104)	- -	0,0015* (0,0008)
<i>ntab_priv</i>	- -	-0,0014*** (0,0002)	- -	-0,0001* (0,0000)
<i>estj</i>	0,0212*** (0,0073)	0,0255*** (0,0072)	0,0148*** (0,0018)	0,0153*** (0,0018)
<i>hper</i>	-0,0274** (0,0135)	-0,0235* (0,0131)	-0,0073* (0,0042)	-0,0070* (0,0042)
<i>hesup</i>	-0,0074 (0,0302)	0,0167 (0,0270)	-0,0031 (0,0037)	-0,0004 (0,0036)
<i>mesup</i>	0,0733*** (0,0209)	0,0433** (0,0186)	0,0015 (0,0021)	0,0010 (0,0021)
<i>hebas</i>	-0,0002 (0,0013)	-0,0009 (0,0013)	0,0001 (0,0001)	0,0001 (0,0001)
<i>mebas</i>	0,0007 (0,0012)	0,0008 (0,0011)	0,0000 ⁻ (0,0001)	0,0000 ⁻ (0,0001)
<i>hesec</i>	0,0057*** (0,0018)	0,0038** (0,0018)	0,0003 (0,0003)	0,0003 (0,0003)
<i>mesec</i>	-0,0062*** (0,0016)	-0,0049*** (0,0016)	-0,0005*** (0,0002)	-0,0005*** (0,0002)

<i>dcosta</i>	0,0556*	0,0251	-1,0415***	-1,0388***
	(0,0300)	(0,0287)	(0,0112)	(0,0117)
<i>infm</i>	0,0588	0,0101	0,0018	0,0021
	(0,0732)	(0,0723)	(0,0037)	(0,0038)
<i>mort</i>	-0,1121***	-0,1131***	-0,0032***	-0,0032***
	(0,0050)	(0,0051)	(0,0004)	(0,0004)
<i>deco</i>	0,2287***	0,2095**	0,0112	0,0092
	(0,0810)	(0,0831)	(0,0200)	(0,0200)
<i>cam</i>	-0,4412***	-0,4008***	0,0038**	0,0030**
	(0,0354)	(0,0346)	(0,0016)	(0,0014)
<i>crim</i>	0,7908***	1,0598***	-0,0147	-0,0271**
	(0,0669)	(0,0514)	(0,0140)	(0,0122)
<i>dsmp</i>	-0,0177***	-0,0213***	0,0020***	0,0021***
	(0,0049)	(0,0047)	(0,0008)	(0,0008)
<i>Dummies de</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>Concelho</i>				
<i>Dummies de</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>Ano</i>				
<i>R quadrado</i>	0,7769	0,7821	0,9996	0,9996
<i>F-test</i>	465,46***	420,67***	82.570,12***	76.582,51***

Tabela 8- Resultados da estimação da equação do crescimento populacional

É possível verificar que, quando a equação do crescimento populacional é estimada através do método dos mínimos quadrados (especificações (A) e (B)), tanto *nins* como *ntab* são significativas. Mais precisamente, a estimativa do coeficiente de *nins* indica que se o número de IPSS aumentar em uma unidade, o crescimento populacional irá aumentar em 0,6367%. Ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab* indica que se o número de trabalhadores das IPSS aumentar em cem unidades, o crescimento populacional aumentaria em 6,89%.

Não obstante, os coeficientes das variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* também são significativos. A estimativa do coeficiente de *nins_priv* indica que se o número de

estabelecimentos privados que não são IPSS aumentar em uma unidade, o crescimento populacional irá aumentar em 0,0054%; e ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab_priv* indica que se o número de trabalhadores dos estabelecimentos que não são IPSS aumentar em cem unidades, o crescimento populacional irá diminuir em 0,14%.

Porém, quando se adicionam efeitos fixos de ano e concelho à estimação (especificações (C) e (D)), os resultados obtidos diferem. Ainda que as variáveis explicativas continuem a ser significativas, as estimativas dos coeficientes de *nins* e *ntab* são agora 0,0623 e 0,0015 (respetivamente), o que representa um impacto significativo quando comparado com os coeficientes estimados por mínimos quadrados. Assim, é possível sugerir que os efeitos fixos estão fortemente correlacionados com as variáveis explicativas. Note-se então que, a estimativa do coeficiente de *nins* indica que se o número de IPSS aumentar em uma unidade, o crescimento populacional irá aumentar em 0,0623%. Ainda, a estimação do coeficiente de *ntab* indica que se o número de trabalhadores das IPSS aumentar em cem unidades, o crescimento populacional aumentaria em 0,15%. Em consequência, é possível inferir que tanto o número de IPSS de um concelho, como o número dos seus trabalhadores, são importantes para reter a população via oferta de emprego, o que faz com que os residentes não tenham de procurar condições mais favoráveis noutro concelho e optem por ficar.

Comparando os resultados obtidos com as hipóteses formuladas no modelo teórico, verifica-se que a Hipótese 2 é, de facto, suportada. Com efeito, tanto o número de IPSS (para um nível de significância de 5%) como o número de trabalhadores das mesmas (para um nível de significância de 1%) têm um impacto positivo no crescimento populacional, sugerindo que estas são determinantes para a retenção dos residentes nos seus concelhos, através das oportunidades de emprego que criam nos mesmos.

Não obstante, os coeficientes das variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* também são significativos, sendo que estes também sofrem grandes alterações quando se controlam os efeitos fixos. Assim, a estimativa do coeficiente de *nins_priv* indica que se o número de estabelecimentos privados que não são IPSS aumentar em uma

unidade, o crescimento populacional irá diminuir em 0,0054%; e ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab_priv* indica que se o número de trabalhadores dos estabelecimentos que não são IPSS aumentar em cem unidades, o crescimento populacional irá diminuir em 0,01%. Conclui-se então que, tanto o número de estabelecimentos que não são IPSS como o seu número de trabalhadores têm um efeito negativo no crescimento populacional.

No que diz respeito aos resultados das restantes variáveis de controlo, mesmo depois de controlar para os efeitos fixos, a maior parte delas é significativa. Destas, quatro têm o efeito esperado: *estj* e *cam* têm um efeito positivo e *mesec* e *mort* têm um efeito negativo; e três tiveram um efeito contrário: *hper* e *dcosta* têm um efeito negativo e *dsmp* tem um efeito positivo.

3.7.3 Proteção social

A Tabela 9 apresenta, por fim, os resultados da estimação da equação da proteção social. Deste modo, é importante salientar que as especificações (A), (B), (C) e (D) são baseadas em 2.212 observações e que em parênteses se encontra o erro-padrão robusto. Ainda, o símbolo *** indica *p-values* inferiores a 0,01, o símbolo ** *p-values* inferiores a 0,05 e * indica *p-values* inferiores a 0,10.

	Mínimos quadrados		Efeitos fixos	
Variáveis	(A)	(B)	(C)	(D)
<i>constante</i>	-9,8042*** (0,3815)	-9,5573*** (0,4032)	-10,2928*** (0,6171)	-10,3458*** (0,6019)
<i>nins</i>	0,4893*** (0,0764)	- -	0,0091 (0,0295)	- -
<i>dif_nins</i>	-0,0049*** (0,0007)	- -	-0,0005 (0,0004)	- -
<i>ntab</i>	- -	0,0249*** (0,0038)	- -	0,0017* (0,0010)
<i>dif_ntab</i>	- -	-0,0007*** (0,0001)	- -	0,0000 (0,0000)

<i>imp</i>	0,0104** (0,0047)	0,0425*** (0,0071)	-0,0082 (0,0067)	-0,0056 (0,0063)
<i>exp</i>	0,0058 (0,0075)	0,0192** (0,0082)	-0,0035 (0,0065)	-0,0006 (0,0064)
<i>deco</i>	0,5446*** (0,0434)	0,5148*** (0,0443)	-0,1131*** (0,0244)	-0,1138*** (0,0244)
<i>pop</i>	0,9059*** (0,0193)	0,8988*** (0,0193)	1,3495*** (0,0538)	1,3537*** (0,0522)
<i>popid</i>	0,0118*** (0,0037)	0,0121*** (0,0036)	0,0265*** (0,0024)	0,0265*** (0,0024)
<i>dsm</i>	0,0103*** (0,0021)	0,0103*** (0,0020)	-0,0027*** (0,0010)	-0,0028*** (0,0010)
<i>Dummies de Concelho</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>Dummies de Ano</i>	Não	Não	Sim	Sim
<i>R quadrado</i>	0,9564	0,9565	0,9990	0,9990
<i>F-test</i>	7.023,12***	7.313,55***	31.207,39***	31.192,59***

Tabela 9- Resultados da estimação da equação da proteção social

É possível constatar que quando as equações são estimadas pelos mínimos quadrados (especificações (A) e (B)), as variáveis explicativas *nins* e *ntab* são as duas significativas. Assim, a estimativa do coeficiente de *nins* indica que se o número de IPSS aumentar em uma unidade, as despesas com proteção social irão aumentar em 0,4893%. Adicionalmente, a estimação do coeficiente de *ntab* indica que se o número de trabalhadores das IPSS aumentar em cem unidades, as despesas com proteção social irão aumentar em 2,49%.

Não obstante, os coeficientes das variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* também são significativos quando as equações são estimadas pelos mínimos quadrados. Assim, a estimativa do coeficiente de *nins_priv* indica que se o número de estabelecimentos privados que não são IPSS aumentar em uma unidade, as despesas com proteção

social irão diminuir em 0,0049%; e ainda, a estimativa do coeficiente de *ntab_priv* indica que se o número de trabalhadores dos estabelecimentos que não são IPSS aumentar em cem unidades, as despesas com proteção social irão diminuir em 0,07%. Conclui-se então que, tanto o número de estabelecimentos que não são IPSS como o seu número de trabalhadores, têm um efeito negativo nas despesas com proteção social.

Contudo, ao adicionar efeitos fixos de ano e concelho (especificações (C) e (D)) o mesmo não se verifica e apenas a variável *ntab* é significativa, sendo o seu coeficiente estimado 0,0017. Esta estimativa indica que se o número de trabalhadores das IPSS aumentar cem unidades, as despesas com proteção social irão aumentar em 0,17%. Por esta razão é possível concluir que quanto mais trabalhadores forem empregues pelas IPSS, maior as despesas que o Estado terá com a proteção social. No entanto, este resultado pode evidenciar um problema de endogeneidade, uma vez que não será o número de trabalhadores que aumenta as despesas do Estado com as pensões, mas sim quando existem mais beneficiários serão necessários mais trabalhadores.

Comparando os resultados obtidos com as hipóteses formuladas no modelo teórico, verifica-se que a Hipótese 3 (à semelhança da primeira) também não foi suportada pelos resultados, verificando-se precisamente o contrário. Neste caso o número de IPSS de cada concelho não é significativo para a análise, mas o número de trabalhadores destas instituições possui um efeito positivo (para um nível de significância de 1%) nas despesas com a proteção social. Deste modo, o número de trabalhadores ao serviço das IPSS aparenta aumentar as despesas do Estado, possivelmente devido ao facto de este ter de aumentar o financiamento a estes estabelecimentos (devido à sua maior dimensão).

Por outro lado, os coeficientes das variáveis *nins_priv* e *ntab_priv* não são significativos quando se adicionam os efeitos fixos. Conclui-se assim que, o número de estabelecimentos que não são IPSS e o número dos seus trabalhadores não têm qualquer efeito nas despesas com proteção social.

No que diz respeito aos resultados das restantes variáveis de controlo, mesmo depois de controlar para os efeitos fixos, algumas delas são significativas. Destas, três apresentam o efeito esperado: *deco* tem um efeito negativo e *pop* e *popid* têm um efeito

positivo; e uma apresenta um efeito contrário, nomeadamente o *dsmp* que tem um efeito negativo.

Capítulo 4: Conclusão

Na presente dissertação foi proposto quantificar o impacto das IPSS na evolução das regiões onde estas estão inseridas. Deste modo, foi estimado o impacto deste tipo de instituições e do número dos seus trabalhadores no desenvolvimento económico, no crescimento populacional e na proteção social dos concelhos que constituem o território português, através do método dos mínimos quadrados, acrescido de efeitos fixos de ano e concelho.

Na equação do desenvolvimento económico, os resultados de estimação indicam que, quando se controla para os efeitos fixos, o número de IPSS do concelho bem como o número de trabalhadores das mesmas não é significativo para explicar o desenvolvimento.

Em segundo lugar, os resultados indicaram que (controlando para os efeitos fixos), o número de IPSS e o número dos seus trabalhadores são variáveis significativas na explicação do crescimento populacional. Deste modo, se o número de IPSS aumentar em uma unidade, o crescimento populacional irá aumentar em 0,0623%. Ainda, se o número de trabalhadores das IPSS aumentar em cem unidades, o crescimento populacional aumentaria em 0,15%.

Em terceiro lugar, na equação da proteção social verificou-se que o número de IPSS do concelho não é significativo para a análise, mas que o número de trabalhadores das IPSS é. Assim, se o número de trabalhadores das IPSS aumentar cem unidades, as despesas com proteção social irão aumentar em 0,17%.

Deste modo, tendo em conta os resultados estimados, é possível concluir que: (1) o número de IPSS e o número dos seus trabalhadores não têm qualquer efeito no desenvolvimento económico de um concelho; (2) tanto o número de IPSS de um concelho, como o número dos seus trabalhadores, são importantes para reter a população via oferta de emprego, o que faz com que os residentes não tenham de procurar condições mais favoráveis noutro concelho e optem por ficar; e (3) quanto

mais trabalhadores forem empregues pelas IPSS, maior as despesas que o Estado terá com a proteção social, possivelmente devido ao facto de este ter um papel importante no financiamento destas instituições.

Adicionalmente, as limitações desta dissertação prenderam-se bastante com a obtenção dos dados, uma vez que em algumas situações as variáveis não estavam desagregadas por concelho, e/ou não estavam disponíveis no horizonte de tempo considerado para a sua equação e/ou não estavam disponíveis para a Região Autónoma dos Açores e/ou da Madeira.

Deste modo, para uma pesquisa futura recomenda-se que se tente obter mais informação desagregada por concelhos e também que cubra um maior período de anos.

Bibliografia

- Almeida, V. (2008). Capitalism, Institutional Complementarities and the Third Sector. In *Conference Working Papers Volume, International Society for Third Sector Research* (pp. 1–32).
- Angeles, L. (2008). Demographic Transitions: analyzing the effects of mortality on fertility. *Journal of Population Economics*, 23, 99–120.
- Barro, R. J. (1996). Determinants of Economic Growth: A Cross-Country Empirical Study. *National Bureau of Economic Research*, 76(6), 154. <https://doi.org/10.2307/1061363>
- Barro, R. J. (1999). Determinants of economic growth: Implications of the global evidence for Chile. *Cuadernos de Economia*, 36(107), 443–478.
- Barro, R. J. (2003). Determinants of Economic Growth in a Panel of Countries. *Annals of Economics and Finance*, 4, 231–274.
- Becker, G. S. (1960). An Economic Analysis of Fertility. In Universities-National Bureau (Ed.), *Demographic and Economic Change in Developed Countries* (Vol. I, pp. 209–240). Columbia University Press.
- Black, D., & Henderson, V. (1999). A Theory of Urban Growth. *Journal of Political Economy*, 107(2), 252–284.
- Buracom, P. (2011). The Determinants and Distributional Effects of Public Education, Health, and Welfare Spending in Thailand. *Asian Affairs: An American Review*, 38(3), 113–142. <https://doi.org/10.1080/00927678.2011.565282>
- Castles, F. G. (2005). Social expenditure in the 1990s: Data and determinants. *Policy and Politics*, 33(3), 411–430. <https://doi.org/10.1332/0305573054325756>
- Chirwa, T. G., & Odhiambo, N. M. (2016). Macroeconomic determinants of economic growth: A review of international literature. *South East European Journal of Economics and Business*, 11(2), 33–47. <https://doi.org/10.1515/jeb-2016-0009>
- Churski, P. (2014). Variations in the spatial distribution of areas of economic growth and stagnation in Poland: Determinants and consequences. *Quaestiones Geographicae*, 33(2). <https://doi.org/10.2478/quageo-2014-0016>
- Ciccone, A., & Jarocinski, M. (2008). *Determinants of economic growth: will data tell?* ECB

- Working Paper* (Vol. 852).
- Cuaresma, J. C., Doppelhofer, G., & Feldkircher, M. (2014). The Determinants of Economic Growth in European Regions. *Regional Studies*, 48(1), 44-67.
- da Mata, D., Deichmann, U., Henderson, J. V., Lall, S. V., & Wang, H. G. (2007). Determinants of city growth in Brazil. *Journal of Urban Economics*, 62(2007), 252-272. <https://doi.org/10.1016/j.jue.2006.08.010>
- Dabús, C., & Laumann, Y. (2006). Determinantes del crecimiento: Evidencia comparada de países con diferente nivel de desarrollo. *Estudios de Economía Aplicada*, 24(1), 165-180.
- Devereux, S., & Sabates-Wheeler, R. (2004). *Transformative social protection*.
- Devillanova, C., & García-Fontes, W. (2004). Migration across Spanish Provinces: Evidences from the Social Security Records (1978-1992). *Investigaciones Economicas*, 28, 461-478.
- Dowrick, S., Dunlop, Y., & Quiggin, J. (2001). Social indicators and true comparisons of living standards. *Journal of Development Economics*, 70(26), 501-529. Retrieved from <http://www.uq.edu.au/economics/johnquiggin/JournalArticles03/SocialIndicators03.pdf>
- Dreher, A., Sturm, J. E., & Ursprung, H. W. (2008). The impact of globalization on the composition of government expenditures: Evidence from panel data. *Public Choice*, 134(3-4), 263-292. <https://doi.org/10.1007/s11127-007-9223-4>
- Easterlin, R. A. (2000). The Worldwide Standard of Living since 1800. *The Journal of Economic Perspectives*, 14(1), 7-26.
- Fafchamps, M., & Shilpi, F. (2013). *Determinants of the Choice of Migration Destination*. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics* (Vol. 75).
- Fleurbaey, M. (2009). Beyond GDP: The Quest for a Measure of Social Welfare. *Journal of Economic Literature*, 47(4), 1029-1075. <https://doi.org/10.1257/jel.47.4.1029>
- Foley, M., & Angjellari-Dajci, F. (2015). Net Migration Determinants. *The Journal of Regional Analysis & Policy*, 45(1), 30-35.
- Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). O Sector não Lucrativo Português numa Perspectiva Comparada. *Faculdade de Economia e Gestão*

da Universidade Católica Portuguesa & Johns Hopkins University.

- Fukuda, K. (2012). Population growth and local public finance in Japanese cities. *Applied Economics*, 44(15), 1941–1949. <https://doi.org/10.1080/00036846.2011.556592>
- Gamage, S., Kuruppuge, R., & Nedelea, A.-M. (2016). Socio-economic Determinants of Well-being of Urban Households: A Case of Sri Lanka. *The USV Annals of Economics and Public Administration*, 16(2).
- Ganßmann, H. (2000). Labor Market Flexibility, Social Protection and Unemployment. *European Societies*, 2(3), 243–269. <https://doi.org/10.1080/146166900750036277>
- Garrett, G., & Mitchell, D. (2001). Globalization, government spending and taxation in the OECD. *European Journal of Political Research*, 39(2), 145–177. <https://doi.org/10.1023/A:1011043120145>
- Gutiérrez-Posada, D., Rubiera-Morollon, F., & Viñuela, A. (2015). Heterogeneity in the Determinants of Population Growth at the Local Level: Analysis of the Spanish Case with a GWR Approach. *International Regional Science Review*, 40(3), 1–30. <https://doi.org/10.1177/0160017615589009>
- Hagen-Zanker, J., & Babajanian, B. (2012). *Social protection and social exclusion: an analytical framework to assess the links*. ODI Background Notes.
- Hong, I. (2014). Trends and Determinants of Social Expenditure in Korea, Japan and Taiwan. *Social Policy and Administration*, 48(6), 647–665. <https://doi.org/10.1111/spol.12089>
- Huber, E., Mustillo, T., & Stephens, J. D. (2008). Politics and social spending in Latin America. *Journal of Politics*, 70(2), 420–436. <https://doi.org/10.1017/S0022381608080407>
- Huber, E., Ragin, C., & Stephens, J. D. (1993). Social Democracy, Christian Democracy, Constitutional Structure, and the Welfare State. *American Journal of Sociology*, 99(3), 711–749. <https://doi.org/10.1086/230321>
- INE. (2016). Social Economy Satellite Account 2013 (pp. 1–32).
- INE, & CASES. (2013). *Conta Satélite da Economia Social 2010*.
- Kaufman, R. R., & Segura-Ubiergo, A. (2005). Globalization, Domestic Politics and Social Spending in Latin America. *World Politics*, 53(July 2001), 553–587.

- Kittel, B., & Obinger, H. (2002). *Political Parties, Institutions, and the Dynamics of Social Expenditure in Times of Austerity*. MPIfG Discussion Paper (Vol. 2).
- Lanz, B., Dietz, S., & Swanson, T. (2017). Global population growth, Technology and Malthusian constraints: A quantitative growth theoretic perspective. *International Economic Review*, 58(3), 973–1006.
- Leibrecht, M., Klien, M., & Onaran, O. (2011). Globalization, welfare regimes and social protection expenditures in Western and Eastern European countries. *Public Choice*, 148(3–4), 569–594. <https://doi.org/10.1007/s11127-010-9685-7>
- Lutz, J. M. (2001). Determinants of Population Growth in Urban Centres in the Republic of Ireland. *Urban Studies*, 38(8), 1329–1340. <https://doi.org/10.1080/0042098012006105>
- Lutz, W., & Qiang, R. (2002). Determinants of human population growth. *The Royal Society*, (3557), 1197–1210. <https://doi.org/10.1098/rstb.2002.1121>
- Martín-Mayoral, F., & Nabernegg, M. (2014). Determinants of Social Spending in Latin America. A Dynamic Panel Data Error-correction Model Analysis. In *XXI Encuentro Economía Pública* (pp. 1–23).
- Martín-Mayoral, F., & Sastre, J. F. (2017). Determinants of social spending in Latin America during and after the Washington consensus: a dynamic panel error-correction model analysis. *Latin American Economic Review*, 26(1), 1–32. <https://doi.org/10.1007/s40503-017-0053-6>
- Mendes, A. M. S. C. (2018). *Importância Económica e Social das IPSS em Portugal* (Dez 2018). Estudo elaborado para a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade.
- Mina, W. (2017). The Determinants of Social Protection and Labor Market Flexibility. In *WEAI 14th International Conference* (pp. 1–23).
- Ministério da Solidariedade Emprego e Segurança Social. (2014). Decreto-Lei n.º 172-A/2014 de 14 de novembro. *Diário Da República* Nº 221/2014, 1º Suplemento, Série I de 2014-11-14. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/58900566>
- Norton, A., Conway, T., & Foster, M. (2001). *Social Protection Concepts and Approaches: Implications for Policy and Practice in International Development*.
- OECD. (2013). *How's Life? 2013*. OECD Publishing.

- Rodrigues, E. V. (2010). O Estado e as Políticas Sociais em Portugal: discussão teórica e empírica em torno do Rendimento Social de Inserção. *Revista Do Departamento de Sociologia Da FLUP*, 20, 191–230. <https://doi.org/10.1007/BF02734933>
- Schultz, T. P. (1994). Human Capital, Family Planning and their Effects on Population Growth. *The American Economic Review*, 84(2), 255–260.
- Serow, W. J. (1987). Determinants of Interstate Migration: Differences Between Elderly and Nonelderly Movers. *Journal of Gerontology*, 42(1), 95–100.
- Sudasinghe, S. R. S. N., & Patmasiriwat, D. (2014). Determinants of social expenditure in Sri Lanka. *Asian Social Work and Policy Review*, 8(1), 96–108. <https://doi.org/10.1111/aswp.12027>
- Tang, K. (1996). Determinants of social welfare development in Hong Kong: A time-series study. *International Journal of Sociology and Social Policy*, 16(3), 1–28. <https://doi.org/10.2501/S0021849906060120>
- Trebbi, F., Subramanian, A., & Rodrik, D. (2002). *Institutions Rule: The Primacy of Institutions Over Geography and Integration in Economic Development*.

Apêndices

Apêndice I: Definições das variáveis e as suas fontes

Variáveis	Definição	Fonte
Número de IPSS	Número de IPSS existentes no período de 1986-2012	Quadros de Pessoal
Número de trabalhadores	Número de trabalhadores das IPSS para o período entre 1986-2012	Quadros de Pessoal
Clima	Média da temperatura máxima e mínima (em graus celsius) do ar, do concelho <i>i</i> para o período entre 2012-2017	INE
Autonomia do Estado	Receitas e despesas efetivas das câmaras municipais (em milhares de euros) de 2009 a 2017; Número de trabalhadores da administração pública local (por mil habitantes) de 2009 a 2017	PORDATA
Condições dos hospitais	Número de camas dos hospitais do concelho <i>i</i> para o período entre 1999-2017	INE
Consumo do governo	Despesas efetivas (em milhares de euros) das câmaras municipais do concelho <i>i</i> para o período de 2009-2017	PORDATA

Crime	Número de crimes registados pelas autoridades policiais do concelho <i>i</i> entre 1998-2017	INE
Desemprego	Número de pessoas desempregadas no período de 2004-2018	IEFP
Endividamento público	Endividamento líquido total das câmaras municipais de 2011 a 2017	PORDATA
Escolarização no ensino básico	Taxa bruta de escolarização no ensino básico (proporção da população residente que está a frequentar o grau de ensino básico, relativamente ao total da população residente com idades entre os 6 e os 14 anos) por sexo no concelho <i>i</i> de 2003/2004 a 2016/2017	INE
Escolarização no ensino secundário	Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (proporção da população residente que está a frequentar o grau de ensino secundário, relativamente ao total da população residente com idades entre os 15 e os 17 anos) por sexo na NUTS III <i>i</i> , de 2000/2001 a 2016/2017	INE
Escolarização no ensino superior	Número de alunos inscritos no ensino superior por sexo e ciclo de estudos no concelho <i>i</i> , de 1989/1990 a 2016/2017	INE
Exportações	Exportações de bens por tipo de comércio e tipo de bens, do concelho <i>i</i> entre 2005-2018	INE

Fecundidade	Taxa de fecundidade geral do concelho <i>i</i> de 1992-2017	INE
Ganho médio mensal	Ganho médio mensal em euros para o período entre 2004-2016	INE
Ideologia política	Resultados nas eleições para as câmaras municipais: eleitos por partido político ou coligação para os anos de 2001, 2005, 2009, 2013 e 2017	PORDATA
Importações	Importações de bens por tipo de comércio e tipo de bens do concelho <i>i</i> , entre 2005-2018	INE
Mortalidade	Taxa bruta de mortalidade do concelho <i>i</i> para o período entre 1992-2017	INE
Nados-vivos	Número de nados-vivos da região NUTS III para o período entre 1995-2012	INE
Número de Óbitos	Número de óbitos de menos de 1 ano da região NUTS III para o período entre 1996-2012	INE
Pensões	Pensões da segurança social (em milhares de euros) do concelho <i>i</i> entre 2004-2017	INE
População	População residente (número) por sexo e por idade, do concelho <i>i</i> para o período entre 1991-2017	INE

Apêndice II: Natureza jurídica dos estabelecimentos (código dos Quadros de Pessoal)

Código	Natureza Jurídica
11	Associação de Beneficência e Humanitária
12	Associação de Cultura, Recreio e Desporto
16	Casa do Povo
17	Associação de Socorros Mútuos
18	Outras Associações
19	Fundação Nacional
41	Sociedade Cooperativa
61	Pessoa Coletiva Religiosa
72	Associação Estrangeira
73	Fundação Estrangeira
95	Entidade Equiparada a Pessoa Coletiva

Apêndice III: Código de Atividade Económica dos estabelecimentos (3ª Revisão)

CAE de 5 dígitos	Designação
85100	Educação pré-escolar
85201	Ensino básico (1º ciclo)
85202	Ensino básico (2º e 3º ciclos)
87901	Atividades de apoio social para crianças e jovens, com alojamento
87302	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, com alojamento
87301	Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento
87902	Atividades de apoio social com alojamento

88910	Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento
88102	Atividades de apoio social para pessoas com deficiência, sem alojamento
88101	Atividades de apoio social sem alojamento
88990	Outras atividades de apoio social sem alojamento